

Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2025



Relatório da Administração do Sicredi 2025





Cooperar para prosperar com sustentabilidade

Neste documento, a administração do Sicredi, seguindo o princípio do cooperativismo de transparência na gestão e em conformidade aos dispositivos legais e estatutários, divulga as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

2025 foi um ano significativo para o cooperativismo e para a agenda da sustentabilidade. O reconhecimento do período como o Ano Internacional das Cooperativas, pela ONU, e a realização da COP 30 no Brasil reforçaram temas que fazem parte da essência do nosso modelo de negócio: colaboração, desenvolvimento sustentável e local, participação e compromisso com o futuro.

Participamos desses debates reafirmando que prosperidade só se sustenta quando construída de forma coletiva. Não à toa, mantivemos nossa trajetória de crescimento, confiança e responsabilidade com nossos mais de 9,8 milhões de associados, mesmo diante de um ambiente econômico que exigiu atenção e equilíbrio.

Neste relatório, você terá acesso a alguns dos resultados alcançados no último ano que demonstram nossa solidez e refletem a força de uma instituição financeira cooperativa que cresce porque é guiada por pessoas.

Seguimos firmes no propósito de construir juntos uma sociedade mais próspera, atuando com transparência, governança e visão de longo prazo.

Agradecemos a confiança de todos que constroem o Sicredi diariamente e que fortalecem, ano após ano, a relevância do nosso negócio

Cooperar é da nossa natureza


Somos o **Sicredi**, a primeira instituição financeira cooperativa do Brasil. Nossos associados decidem juntos os rumos do negócio, atuando de forma sistêmica por meio de cinco centrais e mais de 100 cooperativas, mas com autonomia para gerar impactos positivos em suas comunidades.

Esse é o nosso jeito de fazer a diferença!



Feito de pessoas para pessoas

 **+9,8 mi**
Associados

 **+50 mil**
Pessoas
colaboradoras



**Juntos por uma
sociedade mais
sustentável**

Somos signatários do
Pacto Global da ONU

Presença nacional, atuação local

 **5**
Centrais

 **+100**
Cooperativas

 **26 estados**
e o Distrito Federal

 **+2,2 mil**
Municípios

 **+3 mil**
Pontos de
atendimento

 Única instituição financeira
com presença física em
+200 Municípios

+300 Soluções financeiras

✓ Conta corrente

✓ Seguros

✓ Cartões

✓ Consórcios

✓ Investimentos

✓ Máquinas de cartões

Excelência em relacionamento

Investimos em soluções digitais sem perder a essência do relacionamento próximo, pois acreditamos que a tecnologia é uma aliada na difusão do cooperativismo de crédito.

Valorizar as pessoas faz a diferença



Liderança e Diversidade¹

Comitês que atuam em todas as regiões para formar as novas lideranças do cooperativismo e desenvolver práticas de inclusão e diversidade.

Estamos entre as 25 melhores empresas para se trabalhar na América Latina.



11
comitês*



+50
comitês*



+30
comitês*

* Corresponde a quantidade de Cooperativas que realizam o comitê.

Participação no Cooperativismo¹

Com os programas Pertencer e Crescer, engajamos associados e futuros associados na tomada de decisão e na cultura cooperativa.



+264 mil
pessoas formadas



+1 milhão
Associados em assembleias

Cidadania e Educação¹

Programa que promove o pensamento crítico, a cooperação e a cidadania e completou 30 anos em 2025.



+639 mil
estudantes e professores
impactados



Reconhecimentos

Alguns dos principais rankings e premiações



Em 2025, fomos reconhecidos como a Melhor Empresa para Trabalhar no Brasil pelo segundo ano consecutivo

Mais de 10.000
colaboradores

Fortalecer Pessoas e Comunidades

Educação Financeira e Investimento Social que Transformam Realidades



Vida Financeira Sustentável

Atuamos com educação financeira por meio de diversas iniciativas que atendem diferentes públicos — entre elas, o programa **Cooperação na Ponta do Lápis** — voltadas para nossos associados, pessoas colaboradoras e a sociedade.



Promove uma vida financeira sustentável, levando educação financeira às regiões onde atuamos.



O Sicredi conta com uma Política de Educação Financeira que orienta decisões e práticas em todas as entidades e níveis do Sistema.

+ 20 mil Ações
de educação financeira em 2025

+ 69 Milhões
De alcance* com as ações presenciais e online.

100% das cooperativas
Realizaram ações de educação financeira em 2025.

* Alcance inclui todas as ações realizadas: cursos, palestras, oficinas, soluções digitais e também as comunicações via redes sociais.



Investimento social para desenvolvimento local

+ R\$ 360 Milhões
Iniciativas sociais



Ações voluntárias que ampliem nosso impacto positivo e impulsionam o desenvolvimento local nas comunidades onde estamos presentes

+2.700 Ações de voluntariado
+ 54 mil Pessoas beneficiadas



+6 mil
Projetos beneficiados

Sicredi na Comunidade

O hub de investimento social do Sicredi é uma plataforma digital que usa a tecnologia para conectar quem quer destinar recursos com ações de impacto social positivo.

Conheça o resultado de todas as ações ESG do Sicredi no **Relatório de Sustentabilidade 2025**, disponível no site Sicredi.

Onde tem cooperativismo, tem desenvolvimento

Principais resultados da cooperativa em 2025



Fatos administrativos e sociais da nossa cooperativa

Em 2025, demos um passo importante na consolidação de nossa atuação em São Paulo (SP) ao inaugurar oito agências na capital paulista. O movimento fortaleceu a nossa presença em diferentes regiões e ampliou a capacidade de atendimento a diversos perfis de pessoas. Seguimos com foco na melhor experiência aos nossos mais de 280 mil associados.

Acreditamos e investimos no relacionamento humano e próximo. Um exemplo aconteceu em Parelheiros, no extremo sul de São Paulo (SP), quando entregamos dois tratores a produtores rurais com financiamento via Pronaf, o que reforça a agricultura familiar e o desenvolvimento regional. Oferecemos ainda orientação financeira, apoio na regularização documental e acompanhamento do acesso a programas como CAF (Cadastro Nacional da Agricultura Familiar) e DAP (Declaração de Aptidão ao Pronaf), essenciais para inclusão produtiva. A nossa presença constante em feiras e rodadas de negócios divulgou a produção local e abriu novas oportunidades comerciais.

Além disso, realizamos uma série de campanhas de negócios e mantemos o Pix para pessoa jurídica sem custo. Expandimos a nossa carteira de investimento, de crédito e os ativos somados às coobrigações.

Programa A União Faz a Vida está em 35 municípios e já envolveu mais de 11 mil alunos;

Programa Crescer formou mais de 11 mil pessoas sobre assuntos ligados às áreas de cooperativismo e negócios;

Comitê Jovem chegou a 15 comitês, com 160 participantes;

Comitê Mulher chegou a 36 comitês, com 650 integrantes;

Dia C impactou mais de 23 mil pessoas;

Mais de 32 mil pessoas participaram das **assembleias**, em 58 eventos presenciais;

Em 2025, constituímos a nossa primeira cooperativa escolar por meio do **Programa Cooperativas Escolares**: a Cooperativa Escolar Futuro Mirim, formada por 30 jovens da Guarda Mirim de Umuarama (PR).

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores, Conselheiros e Cooperados da

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Vale do Piquiri Abcd - Sicredi Vale do Piquiri Abcd PR/SP

Palotina - PR

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Vale do Piquiri Abcd - Sicredi Vale do Piquiri Abcd PR/SP ("Cooperativa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações de sobras e perdas, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Vale do Piquiri Abcd - Sicredi Vale do Piquiri Abcd PR/SP, em 31 de dezembro de 2025, foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Informações comparativas

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras, que descreve que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, considerando a dispensa da apresentação, nas demonstrações financeiras referentes aos períodos do ano de 2025, dos valores comparativos relativos aos períodos anteriores, conforme previsto na Resolução nº 4.966 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e na Resolução nº 352 do BACEN. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Saldos de abertura referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024

Os valores correspondentes apresentados nas demonstrações da mutação do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, relativos à 31 de dezembro de 2024, foram anteriormente auditados por outro auditor independente, que emitiu relatório datado de 18 de fevereiro de 2025, sem modificação.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited ("DTTL"), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a "organização Deloitte"). A DTTL (também chamada de "Deloitte Global") e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular mutuamente em relação a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about para saber mais.

A Deloitte oferece serviços profissionais de ponta para quase 90% das empresas listadas na Fortune Global 500® e milhares de outras organizações. Nossas pessoas entregam resultados mensuráveis e duradouros que ajudam a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir que os clientes se transformem e prosperem. Com seus 180 anos de história, a Deloitte está hoje em mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 460 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo geram um impacto que importa em www.deloitte.com.

Valores referentes ao semestre findo em 31 de dezembro de 2025 não auditados

Os valores referentes ao semestre findo em 31 de dezembro de 2025, apresentados nas demonstrações de sobras e perdas, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, bem como em determinadas notas explicativas, não foram auditados por nós, em função da dispensa às cooperativas de crédito singulares pela Resolução CMN nº 4.910/21, referentemente à data-base de 30 de junho.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras


Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:


- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 30 de janeiro de 2026


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 “F” RS


Dario Ramos da Cunha
Contador
CRC nº 1 SP 214.144/O-1

BALANÇO PATRIMONIAL
(Em milhares de reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Vale do Piquiri Abcd - Sicredi Vale do Piquiri Abcd PR/SP
CNPJ/MF nº 81.099.491/0001-71

ATIVO	NOTA	31/12/2025
DISPONIBILIDADES	05	23.292
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		12.688.579
Ativos financeiros ao custo amortizado		9.042.166
Aplicações interfinanceiras de liquidez, líquido de provisão para perdas esperadas	06	705.114
Relações interfinanceiras ativas, líquida de provisão para perdas esperadas	08	566.099
Operações de crédito, líquida de provisão para perdas esperadas	09	6.499.634
Outros ativos financeiros, líquido de provisão para perdas esperadas	10	1.271.319
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado		3.646.413
Títulos e valores mobiliários	07	3.646.413
OUTROS ATIVOS	11	201.922
IMOBILIZADO DE USO	12	155.175
INTANGÍVEL	12	12.303
TOTAL DO ATIVO		13.081.271

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	NOTA	31/12/2025
PASSIVO		11.861.267
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		11.691.877
Passivos financeiros ao custo amortizado		11.691.877
Depósitos	13	8.041.081
Instrumentos de dívida	14	227.929
Relações interfinanceiras passivas	15	2.915.126
Obrigações por empréstimos	16	4.265
Obrigações por repasses no País - instituições oficiais		6
Outros passivos financeiros	17	503.470
PROVISÕES E OUTRAS OBRIGAÇÕES COM INSTRUMENTOS FINANCEIROS	18	21.706
PROVISÕES PARA RISCOS CÍVEIS, TRIBUTÁRIOS E TRABALHISTAS	19	2.722
OUTROS PASSIVOS	20	144.962
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.220.004
CAPITAL SOCIAL	21	748.892
RESERVAS DE SOBRAS		450.841
SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS		20.271
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		13.081.271

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS E PERDAS
(Em milhares de reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Vale do Piquiri Abcd - Sicredi Vale do Piquiri Abcd PR/SP

CNPJ/MF nº 81.099.491/0001-71

Descrição das contas	Nota	01/07/2025 a 31/12/2025 (Não auditado)	01/01/2025 a 31/12/2025
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		1.098.620	2.011.598
Operações de crédito	09	813.379	1.506.381
Aplicações interfinanceiras de liquidez	06	38.969	55.505
Resultado de títulos e valores mobiliários	07	205.577	375.600
Ingressos de depósitos intercooperativos	23	40.695	74.112
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(626.632)	(1.132.291)
Operações de captação no mercado	24	(478.775)	(839.532)
Operações de empréstimos e repasses		(147.857)	(292.759)
RESULTADO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		471.988	879.307
PERDAS ESPERADAS DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS		(48.025)	(274.667)
(Provisões) Reversões para perdas esperadas de operações de crédito e demais operações com características de concessão de crédito	09	(56.182)	(277.039)
(Provisões) Reversões para perdas esperadas de garantias financeiras prestadas e outros compromissos		8.204	2.475
(Provisões) Reversões para perdas esperadas com demais ativos financeiros		(47)	(103)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		423.963	604.640
INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS		(220.638)	(409.470)
Ingressos e receitas de prestação de serviços	25	137.148	256.858
Dispêndios e despesas de pessoal	26	(137.342)	(267.415)
Outros dispêndios e despesas administrativas	27	(125.957)	(242.755)
Dispêndios e despesas tributárias		(1.531)	(2.648)
Outros ingressos e receitas operacionais	28	44.539	77.030
Outros dispêndios e despesas operacionais	29	(137.495)	(230.540)
RESULTADO OPERACIONAL		203.325	195.170
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE AS SOBRAS		203.325	195.170
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		826	-
Provisão para Imposto de Renda		515	-
Provisão para Contribuição Social		311	-
PARTICIPAÇÕES NAS SOBRAS		(17.037)	(33.423)
SOBRAS OU PERDAS DO SEMESTRE/EXERCÍCIO		187.114	161.747

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
(Em milhares de reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Vale do Piquiri Abcd - Sicredi Vale do Piquiri Abcd PR/SP
CNPJ/MF nº 81.099.491/0001-71

Descrição das contas	01/07/2025 a 31/12/2025 (Não auditado)	01/01/2025 a 31/12/2025
Sobras ou perdas do semestre/exercício	187.114	161.747
Total dos ajustes não incluídos na sobra líquida do exercício		
(-) Outros Ajustes de avaliação patrimonial		-
Variação títulos e valores mobiliários de outros resultados abrangentes		-
Resultado abrangente atribuível do semestre/exercício	187.114	161.747

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Vale do Piquiri Abcd - Sicredi Vale do Piquiri Abcd PR/SP
CNPJ/MF nº 81.099.491/0001-71

Descrição das contas	Nota	Capital Social	Reserva Legal	Reserva Estatutária	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no fim do exercício em 31/12/2024		658.160	553.468	-	45.157	1.256.785
Ajustes de transição Res. 4.966/21	04	-	-	-	(146.936)	(146.936)
Saldos no início do exercício em 01/01/2025		658.160	553.468	-	(101.779)	1.109.849
Destinação de sobras do exercício anterior						
Distribuição de sobras para associados		44.830	-	-	(45.259)	(429)
Outras destinações		-	-	-	102	102
Capital de associados						
Aumento de capital	21	13.038	-	-	-	13.038
Baixas de capital	21	(53.846)	-	-	-	(53.846)
Reversão capital a pagar - Reserva		-	389	-	-	389
Sobras ou perdas do exercício		-	-	-	161.747	161.747
Destinações	21					
Reserva legal - Ajuste de transição conforme Res. 4.966/21		-	(146.936)	-	146.936	-
FATES - Estatutário		-	-	-	(3.379)	(3.379)
Juros sobre o capital próprio		86.710	-	-	(94.177)	(7.467)
Reserva legal - Estatutária		-	30.406	-	(30.406)	-
Reserva Estabilidade Econômica Financeira - Estatutária		-	-	13.514	(13.514)	-
Saldos no fim do exercício em 31/12/2025		748.892	437.327	13.514	20.271	1.220.004
Mutações do exercício		90.732	(116.141)	13.514	(24.886)	(36.781)
Saldos no início do semestre em 01/07/2025 (Não auditado)		689.167	553.634	-	(172.303)	1.070.498
Capital de associados						
Aumento de capital	21	6.427	-	-	-	6.427
Baixas de capital	21	(33.412)	-	-	-	(33.412)
Reversão capital a pagar - Reserva		-	223	-	-	223
Sobras ou perdas do semestre		-	-	-	187.114	187.114
Destinações	21					
Reserva legal - Ajuste de transição conforme Res. 4.966/21		-	(146.936)	-	146.936	-
FATES - Estatutário		-	-	-	(3.379)	(3.379)
Juros sobre o capital próprio		86.710	-	-	(94.177)	(7.467)
Reserva legal - Estatutária		-	30.406	-	(30.406)	-
Reserva Estabilidade Econômica Financeira - Estatutária		-	-	13.514	(13.514)	-
Saldos no fim do exercício em 31/12/2025		748.892	437.327	13.514	20.271	1.220.004
Mutações do semestre		59.725	(116.307)	13.514	192.574	149.506

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
(Em milhares de reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Vale do Piquiri Abcd - Sicredi Vale do Piquiri Abcd PR/SP

CNPJ/MF nº 81.099.491/0001-71

Descrição das contas	01/07/2025 a 31/12/2025 (Não auditado)	01/01/2025 a 31/12/2025
SOBRAS OU PERDAS DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	187.114	161.747
(Provisões) Reversões para perdas esperadas com aplicações interfinanceiras de liquidez	(39)	(74)
(Provisões) Reversões para perdas esperadas com relações interfinanceiras ativas	(9)	(30)
(Provisões) Reversões para perdas esperadas com operações de crédito	(57.582)	(260.301)
(Provisões) Reversões para perdas esperadas com outros ativos financeiros	1.399	(16.739)
(Provisões) para garantias financeiras e compromissos de crédito	8.204	2.476
Depreciações e amortizações	13.325	23.660
Baixas do ativo permanente	(1.871)	692
Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas	327	484
AJUSTES ÀS SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO	(36.246)	(249.832)
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO APÓS AJUSTES AO RESULTADO	150.868	(88.085)
(Aumento)/Redução em ativos operacionais	(470.243)	(1.011.760)
Aplicações interfinanceiras de liquidez	(270.463)	(525.659)
Títulos e valores mobiliários	(61.465)	412.228
Relações interfinanceiras ativas	41.003	(205)
Operações de crédito	9.115	(7.542)
Outros ativos financeiros	(70.916)	(769.350)
Outros ativos	(117.517)	(121.232)
Aumento/(Redução) em passivos operacionais	1.023.551	1.763.616
Depósitos	1.219.319	1.713.293
Instrumentos de dívida	24.911	223.625
Relações interfinanceiras passivas	(287.152)	(122.399)
Obrigações por empréstimos	(2.120)	(4.198)
Obrigações por repasses	6	6
Outros passivos financeiros	23.675	349.268
Outros passivos	44.912	(395.979)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	704.176	663.771
Aquisição de imobilizado	(58.224)	(79.818)
Aquisição de intangível	(2.573)	(4.364)
Caixa líquido proveniente/(utilizado) nas atividades de investimentos	(60.797)	(84.182)
Integralização de capital	6.427	13.038
Redução de capital	(33.413)	(53.846)
Distribuição de sobras	1	(327)
Reversão de capital a pagar	223	389
Juros sobre o capital próprio	(7.467)	(7.467)
Destinações ao FATES	(3.379)	(3.379)
Caixa líquido proveniente/(utilizado) nas atividades de financiamento	(37.608)	(51.592)
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	605.771	527.997
Caixa e equivalente de caixa no início do período	3.206.708	3.284.482
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (Nota 05)	3.812.479	3.812.479

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Vale do Piquiri Abcd - Sicredi Vale do Piquiri Abcd PR/SP ("Cooperativa"), é uma instituição financeira cooperativa, filiada à Central Sicredi PR/SP/RJ ("Central") e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). Trata-se de uma instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("Bacen") com início das atividades em 08/10/1988 e sede situada na Avenida Presidente Kennedy, 2384, na cidade de Palotina - PR. A Cooperativa tem por objetivos principais:

I) Desenvolver programas de poupança, uso responsável do crédito e prestação de serviços, realizando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;

II) Prestar assistência financeira aos associados, por meio da mutualidade, em suas atividades específicas;

III) Atuar na formação educacional dos associados, promovendo o cooperativismo.

A execução dessas atividades segue a legislação vigente, os atos regulamentares oficiais, o estatuto social e as normas internas do Sicredi.

Em 31 de dezembro de 2025, o Sistema de Crédito Cooperativo ("Sicredi" ou "Sistema") era composto por 100 Cooperativas de Crédito filiadas, com uma rede de atendimento com mais de 3.050 pontos ativos. A Sicredi Vale do Piquiri Abcd PR/SP opera em 97 pontos de atendimentos. A estrutura do sistema inclui ainda cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – além da Confederação das Cooperativas do Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação e o Banco Cooperativo Sicredi S.A. ("Banco").

A Cooperativa integra o Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado e abrangência nacional, conforme estabelecido na Resolução CMN nº 4.933, de 29 de julho de 2021. O FGCoop tem como finalidade garantir créditos em casos de intervenção ou liquidação extrajudicial de instituições associadas, até o limite de R\$ 250 mil reais por CPF ou CNPJ. Também pode realizar operações de assistência, suporte financeiro e liquidez.

Além disso, a Cooperativa participa da Sicredi Fundos Garantidores ("SFG"), entidade sem fins lucrativos que forma reservas por meio de contribuições mensais e extraordinárias das cooperativas associadas. O objetivo é assegurar a credibilidade e a solvência das instituições participantes. As contribuições são compostas por uma parcela fixa, vinculada ao objetivo de cada fundo, e uma parcela variável, calculada com base no risco imputado ao sistema (níveis de liquidez, margem de capital e uso de dispositivos de segurança).

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes emanadas pela legislação aplicada às cooperativas de crédito, especialmente às disposições das Leis nº 4.595/64 e nº 5.764/71, com alterações pelas Leis Complementares nº 130/09 e 196/22, em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Banco Central do Brasil (BACEN), Conselho Monetário Nacional (CMN), consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC aprovados pelo BACEN (CPC 00 (R2), 01 (R1), 03 (R2), 04 (R1), 05 (R1), 06 (R2) 10 (R1), 23, 24, 25, 27, 28, 33 (R1), 41, 46 e 47).

A emissão destas demonstrações financeiras, elaboradas no pressuposto da continuidade operacional da Cooperativa, foi aprovada pela Diretoria em 23 de janeiro de 2026.

Foram auditados os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025. Os valores correspondentes ao semestre findo em 31 de dezembro de 2025, apresentados conforme requerido na Resolução CMN nº 4.818/20, nas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e das notas explicativas, não foram auditados, conforme dispensado às Cooperativas pela Resolução CMN nº 4.910/21.

2.1 Adoção de novas normas

a) Mudanças em vigor

A Cooperativa adotou as normas e instruções que entraram em vigor a partir de 1 de janeiro de 2025. As seguintes normas e interpretações são aplicáveis à Instituição:

Resolução CMN 4.966/21 e Resolução BCB 352/23: introdução de mudanças significativas nas normas contábeis para instrumentos financeiros, alinhando-se aos conceitos da norma internacional IFRS 9 (CPC 48). Como principal impacto da resolução presente na respectiva demonstração financeira, destaca-se:

- A adoção do modelo de perda esperada completa para o reconhecimento das Perdas Esperadas associadas ao risco de crédito. Classificando, ainda, os instrumentos financeiros em estágios, de acordo com o incremento do risco de crédito associado, são 3 estágios de classificação. Essa abordagem antecipa a identificação do risco de perda antes da ocorrência de inadimplência;

- Ativos financeiros passam a ser mensurados e classificados com base no modelo de negócio da Cooperativa e em suas características contratuais de fluxos de caixa (também denominado teste de "SPPI") e não mais com base na intenção;

- As receitas e os encargos atreladas diretamente a originação/emissão de instrumentos financeiros devem ser reconhecidos no resultado, utilizando-se o método de taxa de juros efetivas;

- Novos critérios para mensuração de operações renegociadas e reestruturadas, visando maior transparência e comparabilidade;

- Mudança do critério de suspensão da apropriação de juros, que passa a ocorrer a partir do momento em que as operações são caracterizadas como "ativo financeiro com problema de recuperação";

- Mudança no critério de baixa de ativos financeiros para prejuízo, que passam a ser baixados a partir do momento em que a Instituição não tem mais expectativa de recuperação;

- Vedação de registro no ativo de instrumentos baixados a prejuízo, exceto quando houver renegociação do instrumento, observando os devidos requisitos dispostos na Resolução.

Instruções Normativas BCB nº 426 a 433, de 1 de dezembro de 2023, Instruções Normativas BCB nº 493 a 500 de 26 de julho de 2024, Instruções Normativas BCB nº 537 a 543, de 05 de novembro de 2024: define as rubricas contábeis do elenco de contas do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif) referentes aos grupos: (i) ativo realizável e permanente; (ii) grupos de compensação ativa e passiva; (iii) passivo exigível; (iv) patrimônio líquido; (v) resultado credor e devedor.

b) Adoção inicial

A Cooperativa, adotou a disposição transitória prevista no artigo 79 da Resolução CMN nº 4.966/21 e no artigo 102 da Resolução BCB nº 352, de não reapresentar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros (incluindo perdas de crédito esperadas).

Conforme disposto no Art. 70 da Resolução CMN nº 4.966/21, a aplicação dos novos critérios ocorreu de forma prospectiva e os efeitos do ajuste de transição foram reconhecidos diretamente nas sobras ou perdas acumuladas, líquidos dos efeitos tributários.

A reconciliação do patrimônio líquido demonstrando os efeitos da transição da norma em 1º de janeiro de 2025, está apresentada na nota 04.

O BACEN aprovou a adoção do CPC 06 (R2) por meio da Resolução CMN Nº 4.975/21, tornando obrigatória a aplicação da norma às instituições financeiras arrendadoras e arrendatárias em contratos firmados e/ou renovados a partir de 2025. A adoção gradual foi definida pela Resolução CMN nº 5.101/23. Essa norma estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil por instituições financeiras, tanto na condição de arrendadoras quanto de arrendatárias. As alterações entraram em vigor em 01 de janeiro de 2025.

NOTA 03 – POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas e os métodos contábeis utilizados na preparação destas demonstrações contábeis equivalem-se àqueles aplicados às demonstrações contábeis referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, exceto pela aplicação da Resolução CMN 4.966/21 (relacionada a instrumentos financeiros) que entrou em vigor em 1º de janeiro de 2025.

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e as despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.

As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos.

As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério pro-rata die e calculadas com base no modelo exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionadas a operações com o exterior, que são calculadas com base no método linear. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 a Cooperativa apresentou um resultado líquido de R\$ 2.346 referente a Atos Não Cooperativos. Este resultado não está considerando os juros sobre capital próprio, o qual também é ato não cooperativo, não sendo apresentado na Demonstração de Sobras ou Perdas (DSP).

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados pelas disponibilidades em moeda nacional, relações interfinanceiras ativas cujos valores são aplicados pelas Cooperativas nas Centrais via Centralização Financeira e pelas cotas de fundos de investimento de renda fixa e multimercado, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Instrumentos financeiros

I. Classificação dos instrumentos financeiros;

Os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias:

Custo Amortizado: o ativo é gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros com o fim de receber os respectivos fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros.

Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes: o ativo financeiro é gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é gerar retorno tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro com transferência substancial de riscos e benefícios, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros, quanto para a venda.

Valor Justo no Resultado: utilizada para ativos financeiros que não atendem os critérios descritos acima.

A classificação em cada uma das categorias de mensuração depende da avaliação do modelo de negócios para cada ativo financeiro, bem como das características dos seus fluxos de caixa contratuais (Somente Pagamento de Principal e Juros – “Teste SPPI”).

Para determinar o modelo de negócios, a Instituição avalia a estratégia de obtenção de resultados financeiros, ou seja, pelo i) recebimento de fluxos de caixa de principal e juros, ii) pela venda, ou por iii) ambos. Para isso, leva em consideração, entre outros, as seguintes evidências:

- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócio;
- como os gestores do negócio são remunerados; e
- como o desempenho do modelo de negócios é avaliado e reportado à Administração.

A avaliação das características dos fluxos de caixa é feita por meio de aplicação do “teste SPPI” a fim de avaliar se os fluxos de caixa contratuais constituem apenas pagamento de principal e juros. Para atender esse conceito os fluxos de caixa devem incluir contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e risco de crédito. Se esse conceito não for atendido, o ativo financeiro é classificado ao Valor Justo por meio do Resultado.

A Cooperativa não faz uso da opção irrevogável, aplicável a ativos financeiros, de mensuração ao valor justo no reconhecimento inicial, para os ativos financeiros.

II. Mensuração dos instrumentos financeiros;

A mensuração dos ativos e passivos financeiros para cada categoria de classificação contábil, são as seguintes:

Custo amortizado: os ativos e passivos financeiros nesta categoria são inicialmente reconhecidos pelo seu valor justo, acrescidos dos custos de transação ou valores recebidos. Subsequentemente são mensurados ao custo amortizado, acrescidos das atualizações efetuadas utilizando a taxa efetiva de juros. Os ganhos dos ativos financeiros desta categoria são reconhecidos na rubrica “Receitas de juros”, enquanto as despesas de juros dos passivos financeiros são reconhecidas na rubrica “Despesas de juros”, ao longo do prazo do respectivo contrato.

Ao valor justo em outros resultados abrangentes: os ativos financeiros nesta categoria são inicialmente reconhecidos pelo seu valor justo, acrescidos dos custos de transação ou valores recebidos. Subsequentemente são mensurados pelo valor justo, sendo os ganhos ou perdas provenientes de alterações no valor justo reconhecidos diretamente em rubrica específica do patrimônio líquido intitulada “Ajuste de avaliação patrimonial”, até que o ativo financeiro seja baixado. Quando da realização de baixa do ativo, os ganhos ou perdas acumulados na rubrica específica do patrimônio líquido são transferidos para o resultado do período. Os juros de ativos financeiros classificados nesta categoria são reconhecidos no resultado do exercício na rubrica “Receitas de juros”. Os juros desses ativos financeiros são calculados com base na aplicação do método da taxa efetiva de juros.

Ao valor justo por meio do resultado e designados ao valor justo no reconhecimento inicial: são inicialmente reconhecidos pelo seu valor justo, sendo os respectivos custos de transação ou valores recebidos reconhecidos diretamente como despesa ou receita na emissão ou aplicação do instrumento financeiro. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo desses ativos e passivos financeiros são apresentados na demonstração consolidada do resultado na rubrica “Resultado líquido de juros”, no período em que ocorrem.

III. Hierarquia do valor justo:

A hierarquia do valor justo (HVJ) é uma das formas de realizar a precificação dos ativos e passivos conforme suas negociações em mercado ou dados observáveis disponíveis, assim mensura-se o valor justo utilizando premissas adotadas pelo mercado, considerando seus riscos.

Os tipos de classificação dos inputs utilizados na mensuração do valor justo, baseada na sua confiabilidade e disponibilidade.

- HVJ1= Nível 1 de hierarquia de valor justo referente a preços cotados em mercados ativos para os instrumentos negociados;
- HVJ2 = Nível 2 de hierarquia de valor justo de dados observáveis, similar em mercados dos ativos ou Proxy;
- HVJ3 = Nível 3 de hierarquia de valor justo de dados não observáveis, modelos de apuração desenvolvidos internamente.

IV. Reclassificação dos instrumentos financeiros

Em 1º de janeiro de 2025 as operações de Cédula de Produto Rural (CPR) foram reclassificadas para o grupo de “Outros ativos financeiros”, que até 31 de dezembro de 2024, estavam classificadas como “Títulos e valores mobiliários”, sem alteração de mensuração destes ativos, conforme evidenciado na nota 04.

V. Baixa dos instrumentos financeiros

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos contratuais de recebimento dos fluxos de caixa provenientes destes ativos cessam ou se houver uma transferência substancial dos riscos e benefícios de propriedade do instrumento e tal transferência se qualifica para baixa.

Passivos financeiros são baixados se a obrigação for extinta contratualmente ou liquidada.

d) Método de Taxa Efetiva de Juros

A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta a valor presente os pagamentos e recebimentos ao longo do prazo contratual do ativo ou passivo financeiro.

A taxa de juros efetiva é estabelecida no reconhecimento inicial do ativo ou passivo financeiro.

O cálculo da taxa efetiva de juros inclui os custos de transação identificados como elegíveis, como:

- Receitas com tarifas e taxas atreladas a concessão das operações;
- Despesa com empresas especializadas (análise documental, cobrança, serviços de vistorias e avaliações); e
- Despesa com comissões e portabilidade de operações.

Entende-se como custos da transação elegíveis os custos incrementais diretamente atribuíveis à aquisição, emissão ou alienação de um ativo ou passivo financeiro.

Conforme requisitos determinados pela Resolução BCB 352/23, a Cooperativa optou em utilizar a "metodologia diferenciada proporcional" para operações de crédito e com características de crédito.

e) Provisão para perdas

I. Visão Geral

O Banco Cooperativo Sicredi está enquadrado no segmento prudencial "S2", conforme definido pela Resolução CMN nº 5.146, de 26 de junho de 2024. Em razão desse enquadramento, todas as instituições financeiras integrantes do Sistema Cooperativo Sicredi, incluindo a Cooperativa, devem adotar de forma consolidada, a metodologia completa de perdas esperadas para mensuração da provisão para perdas sobre ativos financeiros. Essa exigência decorre da presença de instituição do sistema nos segmentos S1, S2 ou S3, conforme previsto na referida norma, sendo aplicável a todas as entidades que compõem o sistema.

Nessa metodologia, foram desenvolvidos modelos estatísticos de perdas esperadas conforme disposto no Art. 40, da Resolução CMN nº 4.966/2021. A constituição da provisão para perdas esperadas observa ainda o disposto no § 1º do Art. 76 da Resolução BCB nº 352/2023 (Anexo I), que define níveis mínimos de provisão por carteira (C1 a C5 — de acordo com as características da operação de crédito e das garantias prestadas, quando existentes) e pelo número de meses de atraso contados a partir do mês do inadimplemento.

A Cooperativa registra perdas esperadas, para os seguintes instrumentos financeiros, caso houver:

- Aplicações interfinanceiras de liquidez;
- Títulos e valores mobiliários (mensurados a custo amortizado e "VJORA");
- Operações de créditos;
- Outros ativos financeiros; e
- Exposições "off-balance" (que gerem risco de crédito).

II. Estágios

A Cooperativa aplica a abordagem de três estágios para mensurar a perda de crédito esperada, na qual os ativos financeiros migram de um estágio para outro de acordo com as mudanças no risco de crédito.

Estágio 1: refere-se aos instrumentos financeiros sem aumento significativo do risco de crédito em relação à data da originação do crédito. Para esses casos, a probabilidade de default (moratória) considerada no modelo de perda estimada é calculada para os próximos 12 meses apenas.

Estágio 2: refere-se aos instrumentos financeiros com aumento significativo do risco de crédito, inclusive o atraso superior a 30 dias, mas que ainda não são considerados ativos com problemas de risco de recuperação (sem default). Para esses casos, a perda esperada é baseada no cálculo da probabilidade de default (PD) para o prazo remanescente da operação, devendo compor no mínimo a PD12 meses.

Estágio 3: refere-se a instrumentos financeiros em risco de recuperação (em default), inclusive atraso superior acima de 90 dias. Para esses casos, para fins de reconhecimento de perdas é reconhecido o maior valor de perda entre:

- A perda esperada calculada com base nos dados observados estatísticos; ou
- O piso de Estágio 3 determinado pela Resolução BCB nº 352 de 2023 (anexo 1 da normativa – "Provisão para perdas incorridas aplicável aos ativos financeiros inadimplidos").

III. Aumento significativo no risco de crédito

O conceito de risco de crédito da operação é baseado na probabilidade de default para sua vida toda.

Originalmente, quando a operação é concedida pela Cooperativa, a classificação de risco é registrada em estágio 1, e posteriormente, a cada data base de fechamento mensal, o Sicredi avalia se o ativo apresentou aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial.

Em caso de aumento, esta operação deve passar a ser considerada em estágio 2, ou ainda se o ativo, além de apresentar aumento significativo no risco de crédito, demonstrar evidência objetiva de risco na recuperação, será alocado em estágio 3. Por fim, se a operação, além de apresentar a evidência de risco de recuperação, tiver estimativas insignificantes de recuperação, deverá ser baixada para prejuízo.

As definições de aumento significativo e evidência de ativo problemático, são baseadas não apenas em aspectos qualitativos e prospectivos (projeções de modelos de probabilidade de default), mas também no atraso efetivo do ativo financeiro.

Os ativos que devem ser considerados como estágio 2 são aqueles com aumento significativo do risco de crédito desde o reconhecimento inicial, ou que apresentem atraso superior a 30 dias (limitado a 60 dias para carteiras específicas).

Os ativos que devem ser considerados como estágio 3 são todos os contratos que têm evidência de problema de risco de recuperação. Essencialmente, a marcação de ativo problemático é dada quando um contrato atinge atraso de pagamento da dívida acima de 90 dias em atraso, marcação de reestruturação ou quando o cliente possui características que evidenciem dificuldade de pagamento como quando ele está em situação de recuperação judicial.

IV. Cálculo da perda esperada

O cálculo da perda esperada visa gerar a expectativa das perdas em crédito ao longo de um dado horizonte de tempo, e engloba a avaliação de três parâmetros:

- **Probabilidade de default – PD:** A PD é a probabilidade futura de um ativo entrar em inadimplemento em uma janela de tempo determinada;
- **Perda dada ao default – LGD:** A LGD é o percentual esperado de perda de um cliente dado o default. É um componente importante para a modelagem do risco de crédito da instituição para que consiga através de modelos mensurar qual é a probabilidade esperada de perda dada a contratação/renovação de contratos e clientes, podendo estender análises específicas para os diferentes tipos de garantias, percentual de cobertura das garantias, entre outras informações do cliente;
- **Exposição ao default – EAD:** É a exposição na data da inadimplência. Para créditos rotativos com limites é feita a estimativa da exposição no momento do default através de fatores de conversão. Já para créditos parcelados é considerado o saldo contábil da operação no mês do reporte.

Adicionalmente, a Resolução CMN nº 4.966 de 2021, determina que todos os modelos tenham inclusão de variáveis preditivas de fatores macroeconômicos para proporcionar uma visão do risco à exposição dos fatores exógenos, preparar e antecipar as instituições na avaliação de impactos em eventos extremos (cenários sob estresses). Em outras palavras, as variáveis forward looking funcionam como uma calibragem dos modelos sob efeitos macroeconômicos ou política de crédito.

f) Ativos financeiros com problema de recuperação de crédito

O ativo financeiro é caracterizado como "Ativo Problemático" quando:

- Ocorrer atraso superior a 90 (noventa) dias no pagamento de principal e encargos;
- Se houver algum indicativo de que a respectiva obrigação não será integralmente honrada nas condições pactuadas, sem que seja necessário recorrer a garantias ou a colaterais;
- Todas as operações enquadradas como reestruturadas.

É considerado reestruturação uma renegociação que implique a concessão de vantagens à contraparte em decorrência da deterioração da sua qualidade creditícia ou da qualidade creditícia do interveniente ou do instrumento mitigador. Exceções de enquadramento em reestruturação, por força de norma, são marcadas no Cadoc 3040, quando assim requisitado pelo órgão regulador, e monitoradas ao longo do prazo do contrato.

Quando um instrumento financeiro é caracterizado como ativo com problema de risco de recuperação, as operações de uma mesma contraparte ou de contrapartes conectadas, são arrastados (na data-base do balancete relativo ao mês em que ocorreu a caracterização) para Estágio 3.

Poderá não ocorrer o efeito arrasto nas ocasiões em que a Instituição apresentar instrumento financeiro que, em virtude de sua natureza ou de sua finalidade, apresente risco de crédito significativamente inferior ao instrumento da mesma contraparte caracterizado como ativo com problema de risco de recuperação.

A partir do momento da caracterização como ativo problemático, as receitas ainda não recebidas são suspensas, sendo apropriadas no resultado quando do seu efetivo recebimento.

As operações serão baixadas para prejuízo se, além de apresentar a evidência de recuperação de crédito, tiver estimativas insignificantes de recuperação

A Cooperativa considera que o ativo financeiro deixará de ser problemático, ou seja, foi curado, quando os seguintes aspectos são alcançados:

- Ausência de parcelas vencidas, incluindo encargos;
- Pagamento tempestivo de principal e encargos por um período suficiente para indicar melhoria financeira significativa da contraparte; e
- Cumprimento de outras obrigações contratuais, caso existam, por um período suficiente para demonstrar melhoria financeira significativa da contraparte.

Reclassificação em Estágios (Processo de Cura): em conformidade com a Resolução CMN nº 4.966, os ativos financeiros passam por revisões periódicas de classificação de estágio, permitindo melhora conforme critérios definidos que levam em consideração a inexistência de parcelas vencidas e a manutenção de pagamentos e/ou outras características que possibilitam identificar melhora na capacidade financeira para honrar as obrigações existentes.

g) Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros

Conforme previsto na Resolução CMN nº 4.966/21, para o registro contábil das operações de venda ou transferência de ativos financeiros classificadas na categoria de operações com transferência substancial dos riscos e benefícios, são observados os seguintes procedimentos:

- Em operações de venda de ativos, o ativo financeiro objeto de venda ou de transferência é baixado do título contábil utilizado para registro da operação original. O resultado positivo ou negativo apurado na negociação é apropriado ao resultado do período de forma segregada.

h) Ativos não financeiros mantidos para vendas

Os ativos não financeiros mantidos para venda, determinados pela Resolução CMN nº 4.747/19 e alterada pela Resolução CMN nº 5.116/2024, são segregados em próprios e recebidos de terceiros. Esses bens não depreciam e são mensurados pelo valor justo de acordo com os critérios estabelecidos pelo CPC 46, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 4.924/21.

- Próprios: representam os bens de propriedade da cooperativa, os quais não são utilizados no desempenho da atividade social, estando disponíveis para venda imediata e cuja alienação seja altamente provável no período máximo de um ano.
- Recebidos de terceiros: representam os bens recebidos como dação em pagamento de dívidas e consolidação de propriedade, não destinados ao uso próprio.

i) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos e as variações monetárias pro-rata die incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

j) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, referem-se a participação em empresas do Sistema Sicredi, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

k) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição, deduzido da depreciação do imobilizado de uso, a qual é calculada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Imobilizado de uso e intangível", que levam em consideração a vida útil-econômica dos ativos.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos nas demonstrações de sobras ou perdas no exercício em que o ativo for baixado.

A vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício de acordo com os critérios definidos pelo CPC 27 - Ativo Imobilizado, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 4.535/16.

l) Intangível

Os ativos intangíveis são bens incorpóreos, não monetários, identificáveis sem substância física, destinados à manutenção do sistema ou exercidos com essa finalidade e na geração de benefícios econômicos futuros, adquiridos ou desenvolvidos pela instituição. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de software, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a ser usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, de acordo com as disposições da Resolução CMN nº 4.534/16 e CPC 04 - Ativo Intangível, conforme mencionado na Nota "Imobilizado de uso e intangível". As amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a ser usufruídos os benefícios respectivos, na razão de 10% a 20% ao ano, pelo método linear.

m) Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive o ativo intangível, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

n) Depósitos, obrigações por empréstimos e repasses

Estão demonstrados pelos valores das exigibilidades, considerados os encargos, variações cambiais e monetárias até a data das demonstrações financeiras, reconhecidos em base pro rata-die, segregados da seguinte forma:

Os depósitos à vista são compostos de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, portanto sem prazo determinado para movimentá-los, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

Os depósitos de poupança são compostos de valores cuja disponibilidade pode ser de livre movimentação, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade, e também para fins específicos. Os recursos recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios de acordo com sua finalidade.

Os depósitos a prazo são compostos por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós-fixada e estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

Os depósitos interfinanceiros são compostos por recursos recebidos em depósito de outras instituições do mercado, na forma da regulamentação vigente e específica para as operações de depósitos interfinanceiros, observado que a instituição deve manter controles internos para efeito de limite de captação.

Os instrumentos de dívida, anteriormente nomeados como recursos de aceite e emissão de títulos, são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicáveis, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base "pro rata die".

As obrigações por empréstimos e repasses correspondem aos recursos repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi, Cooperativa Central e demais instituições com a finalidade de operações de financiamento.

o) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro rata-die incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

p) Operações de Arrendamento Mercantil – Arrendatário

A Cooperativa possui contratos de arrendamento, principalmente relacionados a edificações, veículos e equipamentos de uso utilizados em suas atividades operacionais. Esses contratos seguem práticas usuais de mercado, com cláusulas de reajuste anual indexadas à inflação

Os ativos de direito de uso representam os bens arrendados e são inicialmente mensurados pelo valor presente das parcelas futuras do contrato de arrendamento. Já os passivos de arrendamento refletem os compromissos futuros de pagamento, também calculados com base no valor presente dessas parcelas, descontadas por uma taxa de juros equivalente ao custo de captação do Banco. Após o reconhecimento inicial, os ativos de direito de uso são depreciados ao longo do prazo do contrato ou da vida útil do ativo, o que for menor, enquanto os passivos de arrendamento são ajustados pela apropriação dos encargos financeiros e pela amortização dos pagamentos efetuados, podendo ainda sofrer reavaliações em caso de modificações contratuais.

q) Impostos e contribuições

O Imposto de Renda (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) incidem sobre o resultado positivo em atos não cooperativos. A provisão corresponde às alíquotas vigentes para o IRPJ (15%, acrescida de adicional de 10%) e a CSLL é de 15%. As alíquotas de IRPJ e CSLL são aplicadas sobre o lucro auferido, após os ajustes de base de cálculo previstos na legislação e a compensação de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de CSLL de anos anteriores, sendo essa dedução limitada à 30% do lucro tributável.

Ainda no âmbito federal, as cooperativas estão sujeitas às contribuições para o Programa de Integração Social (PIS – 0,65%) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS – 4%) sobre as receitas auferidas nas operações com não associados, após a dedução de itens específicos previstos pela legislação, como as sobras apuradas nas Demonstrações de Sobras ou Perdas (DSP).

Na esfera municipal, a cooperativa está sujeita à incidência do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), apurado a partir da receita com atos não cooperativos, ou seja, em decorrência da prestação de serviços a não associados; as alíquotas variam entre 2% e 5% e são determinadas pela legislação vigente em cada município.

Os ingressos decorrentes de operações realizadas com cooperados não possuem incidência de tributos.

r) Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes e, também, das obrigações legais, são aplicadas de acordo com os critérios definidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles não mensuráveis com suficiente segurança e como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

s) Principais julgamentos e estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para contingências, valor justo de ativos e passivos financeiros, entre outros.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

I - Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas: Com base em prognósticos de perda avaliados pela Administração, constituindo provisão para as demandas de naturezas cíveis, tributárias e trabalhistas, através de avaliações jurídicas. A avaliação dos prognósticos de perda leva em conta a probabilidade de desembolsos da entidade para cada elemento processual e pode incorrer em alto grau de julgamento, quanto maior for a incerteza existente. O detalhamento das provisões e passivos contingentes está apresentado na nota Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas;

II - Redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e outros ativos: o teste de perda por redução ao valor recuperável desses ativos é realizado, no mínimo anualmente, de forma a apurar se há algum indicativo de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Quando o valor recuperável destes ativos não puder ser obtido por meio de fontes externas, a avaliação do valor recuperável desses ativos pode incorrer em consideráveis julgamentos, principalmente na mensuração dos potenciais benefícios econômicos futuros associados;

t) Valor justo das operações

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração. Nos casos em que não estão disponíveis preços cotados em mercado, os valores justos são baseados em estimativas, com a utilização de fluxos de caixa descontados ou outras técnicas de avaliação.

u) Moeda funcional

A moeda funcional da Cooperativa é o real (R\$). As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais (R\$ mil).

v) Resultados recorrentes e não recorrentes

Resultados recorrentes são aqueles que estão relacionados com as atividades características da Cooperativa que ocorrem com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto os resultados não recorrentes são aqueles que procedem de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com tendência de não se repetir no futuro. No decorrer deste exercício, a Cooperativa não apresentou resultados classificados como não recorrentes.

NOTA 04 – EFEITOS AJUSTE DE TRANSIÇÃO - RESOLUÇÃO CMN 4.966/21

Os efeitos dos ajustes de transição, decorrentes da aplicação dos critérios contábeis estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.966/21 foram registrados no patrimônio líquido da Cooperativa. Esses ajustes foram contabilizados em contrapartida à conta de lucros ou prejuízos acumulados, pelo valor líquido dos efeitos tributários, conforme demonstrado a seguir:

DESCRIÇÃO	TOTAL
Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2024	1.256.785
Ajuste transição Perda Esperada Res.4966 - Ativos e passivos	(147.619)
Ajuste de suspensão de juros de operações de crédito	683
Efeito no Patrimônio Líquido em 01 de janeiro de 2025	(146.936)
Saldo do Patrimônio Líquido em 01 de janeiro de 2025, após ajustes da Resolução CMN nº 4.966/21	1.109.849

Ativo Financeiro	Classificação/ Mensuração em 31/12/2024	Saldo em 31/12/2024	Perda Esperada 31/12/2024	Ajuste transição Perda Esperada Res.4966	Perda Esperada 01/01/2025	Reclassificações 01/01/2025	Saldo em 01/01/2025 (b)	Nova classificação de acordo com a Resolução CMN 4.966/21
Aplicação Interfinanceira de Liquidez	Mantido até o vencimento	179.406	-	(25)	(25)	-	179.381	Ativo financeiro ao custo amortizado
Títulos e valores mobiliários	Mantido até o vencimento (Títulos e valores mobiliários - CPR)	614.307	(6.249)	-	-	(608.058)	-	Ativo financeiro ao custo amortizado
	Negociação	2.956.964	-	-	-	-	2.956.964	Ativo financeiro ao valor Justo por meio do Resultado
Relações interfinanceiras ativas	Custo amortizado	531.426	-	(145)	(145)	-	531.281	Ativo financeiro ao custo amortizado
Operações de crédito	Custo amortizado	6.714.033	(325.759)	(141.158)	(466.917)	-	6.247.116	Ativo financeiro ao custo amortizado
Outros ativos financeiros	Outros créditos / Custo amortizado	488.191	(16.008)	(883)	(16.891)	-	471.300	Ativo financeiro ao custo amortizado
	Outros títulos com característica de concessão de crédito/Custo amortizado CPR	-	-	(2.078)	(8.327)	608.058	605.980	Ativo financeiro ao custo amortizado
Total ativos financeiros		11.484.327	(348.016)	(144.289)	(492.305)	-	10.992.022	

Passivo Financeiro	Classificação/ Mensuração em 31/12/2024	Saldo em 31/12/2024	Perda Esperada 31/12/2024	Ajuste transição Perda Esperada Res.4966	Perda Esperada 01/01/2025	Reclassificações 01/01/2025	Saldo em 01/01/2025 (b)	Nova classificação de acordo com a Resolução CMN 4.966/21
Depósitos	Custo amortizado	6.327.788	-	-	-	-	6.327.788	Passivo financeiro ao custo amortizado
Recursos de aceites e emissão de títulos	Custo amortizado	4.304	-	-	-	-	4.304	Passivo financeiro ao custo amortizado
Relações interfinanceiras passivas	Custo amortizado	3.037.525	-	-	-	-	3.037.525	Passivo financeiro ao custo amortizado
Outros passivos financeiros (a)	Custo amortizado	148.702	21.400	-	-	382.764	552.866	Passivo ao custo amortizado
Outros passivos		540.940	-	-	-	(404.164)	136.776	
Provisões e outras obrigações com instrumentos financeiros		-	-	3.330	24.730	21.400	24.730	
Total passivos financeiros		10.059.259	21.400	3.330	24.730	-	10.083.989	

- a) A provisão para perda esperada existente em 31/12/2024, no valor de R\$ 21.400, refere-se a coobrigações assumidas pela cooperativa em operações anteriores, registradas apenas em contas de compensação.
- b) Os valores dos saldos em 01/01/2025, são resultantes do somatório das colunas "saldo em 31/12/2024", "perda esperada 01/01/2025" e "reclassificações 01/01/2025", quando aplicáveis.

NOTA 05 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração das demonstrações dos fluxos de caixa, foram classificados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

Descrição	31/12/2025
Disponibilidades	23.292
Cotas de fundo de renda fixa (Nota 07)	3.225.458
Recursos transferidos - Centralização Financeira líquida de provisão para perdas esperadas (Nota 08)	563.730
Total	3.812.480

As disponibilidades, as cotas de fundos de investimento em renda fixa e as aplicações interfinanceiras de liquidez são classificadas como caixa e equivalentes de caixa para fins de apresentação da Demonstração dos Fluxos de Caixa, quando atendidas as determinações do CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

As cotas de fundo de renda fixa não possuem prazo de vencimento e a remuneração está vinculadas a uma taxa próxima de 100% do CDI

A centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média de 2025 equivale a 101% do CDI.

NOTA 06 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

a) Composição de Carteira

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a período futuros.

Descrição	31/12/2025			
	A vencer			Total
	Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses	
Ativos financeiros ao custo amortizado				
Aplicações em depósitos interfinanceiros				
Depósitos interfinanceiros com o Banco Cooperativo Sicredi S.A. (a)	21.741	53.551	629.921	705.213
Total aplicações mensuradas a custo amortizado	21.741	53.551	629.921	705.213
Provisão para perdas esperadas				(99)
Total líquido				705.114
Total circulante				75.292
Total não circulante				629.921
Total bruto				705.213

- (a) As aplicações de DI entre a Cooperativa e o Banco Sicredi são efetuadas para cobrir a necessidade de funding do Banco em função das operações realizadas pelas cooperativas com seus associados (crédito rural equalizado, antecipação de recebíveis, consignado, INSS, prorrogações, entre outros). Além desta finalidade, algumas operações de DI buscam proteger a carteira de crédito da cooperativa e outras buscam prover liquidez ao Banco para destinações diversas.
- b) Classificação das Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Ativo financeiro mensurado a custo amortizado (Alocados em Estágio 1)

Descrição	Saldo em 01/01/2025	Aquisição/ (Liquidação)	Provisão/ (Reversão)	Saldo em 31/12/2025
Estágio 1				
Aplicações em depósitos interfinanceiros	179.406	525.807	(99)	705.114
Total	179.406	525.807	(99)	705.114

No período findo em 31 dezembro de 2025 não ocorreu aumento significativo no risco de crédito nas aplicações interfinanceiras de liquidez que ensejaram na migração para o Estágio 2 ou Estágio 3.

c) Resultado com aplicações interfinanceiras de liquidez

Descrição	2º semestre de 2025 (Não auditado)	Saldo em 31/12/2025
Rendas com depósitos interfinanceiros	38.969	55.505
Total	38.969	55.505

NOTA 07 - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

a) Composição da carteira

Descrição	A vencer				31/12/2025
	Sem vencimento	Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses	
Ativos Financeiros a VJR					
Carteira própria					
Fundos de investimento	3.225.457	-	-	-	3.225.457
Cotas de fundos em direitos creditórios	147.517	-	-	-	147.517
Participações de cooperativas	273.439	-	-	-	273.439
Total ativo financeiro a VJR	3.646.413	-	-	-	3.646.413
Total líquido	3.646.413	-	-	-	3.646.413
Total circulante					3.646.413
Total bruto					3.646.413

b) Classificação dos títulos e valores mobiliários

I. Mensurados ao valor justo por meio do resultado

Descrição	31/12/2025
	Valor contábil
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	
Cotas de fundos em direitos creditórios	147.517
Fundos de investimento	3.225.457
Total	3.372.974
Participações de cooperativas	273.439

Descrição	Saldo em 01/01/2025	Aquisição/ (Liquidação)	Provisão Líquida	Saldo em 31/12/2025
Participações de cooperativas	225.125	48.314	-	273.439
Cotas de fundos em direitos creditórios	-	147.517	-	147.517
Fundos de investimento	2.731.839	493.618	-	3.225.457
Total	2.956.964	689.449	-	3.646.413

Os ativos financeiros demonstrados na tabela acima, estão classificados a valor justo por meio do resultado em decorrência de falharem no teste de SPPI.

II. Resumo de carteira consolidada por categoria de mensuração

Descrição	31/12/2025		
	Valor contábil	Perda Esperada	Valor Líquido de Perda Esperada
Mensurado ao valor justo por meio do resultado	3.646.413	-	3.646.413
Total	3.646.413	-	3.646.413

c) Participações de cooperativas

Descrição	31/12/2025
Cota Cooperativa Central	228.098
Sicredi Participações S.A - Cooperativas	45.338
Sicredi Fundos Garantidores - SFG	3
Total	273.439

d) Hierarquia do valor justo

A Cooperativa classifica os instrumentos financeiros mensurados a valor justo por meio de níveis de hierarquia, conforme demonstrado a seguir:

- a) Nível 1 de hierarquia de valor justo referente a preços cotados em mercados ativos para os instrumentos negociados;
- b) Nível 2 de hierarquia de valor justo de dados observáveis, similar em mercados dos ativos ou Prox.
- c) Nível 3 de hierarquia de valor justo de dados não observáveis, modelos de apuração desenvolvidos internamente. No período apresentado, não foram identificados saldos classificados nesse nível.

Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado

Descrição	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Títulos e valores mobiliários				
Fundos de investimento	3.225.457	-	-	3.225.457
Cotas de fundos em direitos creditórios	147.517	-	-	147.517
Total	3.372.974	-	-	3.372.974

Operações de crédito e Outros créditos	31/12/2025				
	Vencidas a partir de 15 dias	A vencer			Total da carteira
		Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses	
Ativos financeiros ao custo amortizado					
Operações de crédito	178.500	880.923	2.453.373	3.508.153	7.020.949
Empréstimos e títulos descontados	157.374	669.744	1.206.316	2.517.111	4.550.545
Financiamentos	5.207	58.475	148.211	295.756	507.649
Financiamentos rurais e agroindustriais	15.919	152.618	1.098.574	692.234	1.959.345
Financiamentos imobiliários	-	86	272	3.052	3.410
Provisão para perdas incorridas e esperadas					(521.315)
Subtotal - Operações de crédito, líquido de Perda de Crédito Incorrida e Esperada					6.499.634

Outros ativos financeiros	24.265	463.341	327.581	454.189	1.269.376
Avais e fianças honrados (Nota 10)	14.175	306	-	9	14.490
Devedores por compra de valores e bens (Nota 10)	-	619	6.385	20.571	27.575
Valores a receber relativos a transações de pagamento (Nota 10)	-	354.138	138.394	2.661	495.193
Títulos com característica de concessão de crédito (Nota 10)	10.090	108.278	182.802	430.948	732.118
Provisão para perdas incorridas e esperadas					(37.396)
Subtotal - Outros ativos financeiros, líquido de Perda de Crédito Esperada					1.231.980
Total Bruto - 2025					8.290.325
Total circulante					4.327.983
Total não circulante					3.962.342
Total Provisão para perdas incorridas e esperadas					(558.711)
Total da carteira de crédito líquida de provisão					7.731.614

b) Composição das operações de crédito por estágios

Ativos financeiros ao custo amortizado	Estagio 1	Estagio 2	Estagio 3	Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito
				31/12/2025
Operações de crédito	6.349.362	177.392	494.195	7.020.949
Empréstimos e títulos descontados	3.954.087	149.652	446.806	4.550.545
Financiamentos	474.011	15.719	17.919	507.649
Financiamentos rurais e agroindustriais	1.917.854	12.021	29.470	1.959.345
Financiamentos imobiliários	3.410	-	-	3.410
Provisão para perdas incorridas e esperadas	(99.236)	(60.545)	(361.534)	(521.315)
Subtotal - Operações de crédito, líquido de Perda de Crédito Incorrida e Esperada	6.250.126	116.847	132.661	6.499.634
Outros ativos financeiros	1.226.003	15.753	27.620	1.269.376
Avais e fianças honrados (Nota 10)	434	902	13.154	14.490
Devedores por compra de valores e bens (Nota 10)	27.575	-	-	27.575
Valores a receber relativos a transações de pagamento (Nota 10)	488.805	3.639	2.749	495.193
Títulos com característica de concessão de crédito (Nota 10)	709.190	11.212	11.716	732.118
Provisão para perdas incorridas e esperadas	(15.221)	(3.044)	(19.131)	(37.396)
Subtotal - Outros ativos financeiros, líquido de Perda de Crédito Esperada	1.210.783	12.709	8.488	1.231.980
Total Bruto - 2025	7.575.366	193.145	521.814	8.290.325
Total Provisão para perdas incorridas e esperadas	(114.457)	(63.589)	(380.665)	(558.711)
Total da carteira de crédito líquida de provisão	7.460.909	129.556	141.149	7.731.614

c) Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Descrição	31/12/2025
Saldo inicial	348.016
Ajuste de transição Res. 4.966 - constituição de provisão	144.119
Constituição de provisão	277.039
Subtotal	769.164
Créditos baixados para prejuízo	-
Saldo final	558.711

d) Concentração das operações de crédito

Descrição	31/12/2025	%
10 maiores devedores	663.910	8%
50 maiores devedores	669.009	8%
100 maiores devedores	591.371	7%
Demais	6.366.035	77%
Saldo final	8.290.325	100%

e) Composição da carteira de créditos segregada por perfil de atividade economica e faixas de vencimento

Descrição		31/12/2025				
	Vencidas a partir de 15 dias	A vencer			Total da carteira	%
		Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses		
PF Agro	84.055	404.731	1.645.310	1.700.322	3.834.418	46%
PF Urbano	50.810	340.923	309.583	378.851	1.080.167	13%
PJ	67.900	598.621	826.082	1.883.137	3.375.740	41%
Total - 2025	202.765	1.344.275	2.780.975	3.961.548	8.290.325	100%

f) Reconciliação da carteira bruta das operações de crédito, segregadas por estágios:

Estágio 1	Saldo em 01/01/2025	Transferência p/ Estágio 2	Transferência p/ Estágio 3	Transferência do Estágio 2	Transferência do Estágio 3	Baixa para prejuízo	Constituição/ (Reversão)	Saldo Final em 31/12/2025
Operações de crédito	6.194.539	(116.706)	(279.773)	14.384	27.426	-	509.492	6.349.362
Empréstimos e títulos descontados	3.904.832	(92.945)	(241.392)	12.596	25.857	-	345.139	3.954.087
Financiamentos	478.338	(14.221)	(11.470)	1.788	1.384	-	18.192	474.011
Financiamentos rurais e agroindustriais	1.811.013	(9.540)	(26.911)	-	185	-	143.107	1.917.854
Financiamentos imobiliários	356	-	-	-	-	-	3.054	3.410
Outros ativos financeiros	1.054.484	(16.522)	(8.416)	53	982	-	195.422	1.226.003
Avais e Fianças Honrados	273	-	(172)	-	-	-	333	434
Devedores por Compras de Valores e Bens	37.551	-	-	-	-	-	(9.976)	27.575
Valores a receber relativos a transações de pagamento	410.977	(6.054)	(3.115)	53	982	-	85.962	488.805
Títulos com característica de concessão de crédito	605.683	(10.468)	(5.129)	-	-	-	119.104	709.190
Total - 2025	7.249.023	(133.228)	(288.189)	14.437	28.408	-	704.914	7.575.366

Estágio 2	Saldo em 01/01/2025	Transferência p/ Estágio 1	Transferência p/ Estágio 3	Transferência do Estágio 1	Transferência do Estágio 3	Baixa para prejuízo	Constituição/ (Reversão)	Saldo Final em 31/12/2025
Operações de crédito	76.823	(14.384)	(28.222)	116.706	3.092	-	23.377	177.392
Empréstimos e títulos descontados	64.119	(12.596)	(24.006)	92.945	2.947	-	26.243	149.652
Financiamentos	6.785	(1.788)	(2.455)	14.221	145	-	(1.189)	15.719
Financiamentos rurais e agroindustriais	5.919	-	(1.761)	9.540	-	-	(1.677)	12.021
Outros ativos financeiros	1.751	(53)	(54)	16.522	38	-	(2.451)	15.753
Avais e Fianças Honrados	88	-	(11)	-	-	-	825	902
Valores a receber relativos a transações de pagamento	1.265	(53)	-	6.054	38	-	(3.665)	3.639
Títulos com característica de concessão de crédito	398	-	(43)	10.468	-	-	389	11.212
Total - 2025	78.574	(14.437)	(28.276)	133.228	3.130	-	20.926	193.145

Estágio 3	Saldo em 01/01/2025	Transferência p/ Estágio 1	Transferência p/ Estágio 2	Transferência do Estágio 1	Transferência do Estágio 2	Baixa para prejuízo	Constituição/ (Reversão)	Saldo Final em 31/12/2025
Operações de crédito	443.336	(27.426)	(3.092)	279.773	28.222	(208.850)	(17.768)	494.195
Empréstimos e títulos descontados	406.672	(25.857)	(2.947)	241.392	24.006	(196.982)	522	446.806
Financiamentos	20.594	(1.384)	(145)	11.470	2.455	(7.533)	(7.538)	17.919
Financiamentos rurais e agroindustriais	16.070	(185)	-	26.911	1.761	(4.335)	(10.752)	29.470
Outros ativos financeiros	13.541	(982)	(38)	8.416	54	(1.603)	8.232	27.620
Avais e Fianças Honrados	2.308	-	-	172	11	(1.415)	12.078	13.154
Valores a receber relativos a transações de pagamento	3.004	(982)	(38)	3.115	-	-	(2.350)	2.749
Títulos com característica de concessão de crédito	8.229	-	-	5.129	43	(188)	(1.497)	11.716
Total - 2025	456.877	(28.408)	(3.130)	288.189	28.276	(210.453)	(9.536)	521.814

g) Reconciliação de perdas esperadas das operações de crédito, segregadas por estágios:

Estágio 1	Saldo em 01/01/2025	Transferência p/ Estágio 2	Transferência p/ Estágio 3	Transferência do Estágio 2	Transferência do Estágio 3	Baixa para prejuízo	Constituição/ (Reversão)	Saldo Final em 31/12/2025
Operações de crédito	144.684	(7.120)	(29.404)	5.024	14.959	-	(28.907)	99.236
Empréstimos e títulos descontados	128.162	(6.279)	(27.158)	4.445	14.247	-	(21.571)	91.846
Financiamentos	8.977	(694)	(931)	579	624	-	(3.547)	5.008
Financiamentos rurais e agroindustriais	7.543	(147)	(1.315)	-	88	-	(3.804)	2.365
Financiamentos imobiliários	2	-	-	-	-	-	14	16
Outros ativos financeiros	17.718	(481)	(624)	18	618	-	(2.028)	15.221
Avais e Fianças Honrados	18	-	(9)	-	-	-	22	31
Devedores por Compras de Valores e Bens	280	-	-	-	-	-	(156)	124
Valores a receber relativos a transações de pagamento	12.500	(345)	(309)	18	618	-	1.373	13.855
Títulos com característica de concessão de crédito	4.920	(136)	(306)	-	-	-	(3.268)	1.210
Total - 2025	162.402	(7.601)	(30.028)	5.042	15.577	-	(30.935)	114.457

Estágio 2	Saldo em 01/01/2025	Transferência p/ Estágio 1	Transferência p/ Estágio 3	Transferência do Estágio 1	Transferência do Estágio 3	Baixa para prejuízo	Constituição/ (Reversão)	Saldo Final em 31/12/2025
Operações de crédito	31.532	(5.024)	(12.911)	7.120	1.621	-	38.207	60.545
Empréstimos e títulos descontados	27.881	(4.445)	(11.442)	6.279	1.556	-	33.496	53.325
Financiamentos	2.572	(579)	(1.114)	694	65	-	3.773	5.411
Financiamentos rurais e agroindustriais	1.079	-	(355)	147	-	-	938	1.809
Outros ativos financeiros	656	(18)	(17)	481	19	-	1.923	3.044
Avais e Fianças Honrados	24	-	(5)	-	-	-	115	134
Valores a receber relativos a transações de pagamento	547	(18)	-	345	19	-	561	1.454
Títulos com característica de concessão de crédito	85	-	(12)	136	-	-	1.247	1.456
Total - 2025	32.188	(5.042)	(12.928)	7.601	1.640	-	40.130	63.589

Estágio 3	Saldo em 01/01/2025	Transferência p/ Estágio 1	Transferência p/ Estágio 2	Transferência do Estágio 1	Transferência do Estágio 2	Baixa para prejuízo	Constituição/ (Reversão)	Saldo Final em 31/12/2025
Operações de crédito	290.772	(14.959)	(1.621)	29.404	12.911	(208.850)	253.877	361.534
Empréstimos e títulos descontados	266.968	(14.247)	(1.556)	27.158	11.442	(196.982)	243.639	336.422
Financiamentos	14.270	(624)	(65)	931	1.114	(7.533)	3.048	11.141
Financiamentos rurais e agroindustriais	9.534	(88)	-	1.315	355	(4.335)	7.189	13.970
Total ativos financeiros	6.823	(618)	(19)	624	17	(1.603)	13.907	19.131
Avais e Fianças Honrados	1.334	-	-	9	5	(1.415)	9.495	9.428
Valores a receber relativos a transações de pagamento	2.167	(618)	(19)	309	-	-	171	2.010
Títulos com característica de concessão de crédito	3.322	-	-	306	12	(188)	4.240	7.692
Total - 2025	297.595	(15.577)	(1.640)	30.028	12.928	(210.453)	267.784	380.665

h) Resultado com operações de crédito

Descrição	31/12/2025
Empréstimos e títulos descontados	1.079.037
Financiamentos	110.337
Financiamentos rurais e agroindustriais	155.264
Financiamentos imobiliários	202
Outros	98.880
Subtotal	1.443.720
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	62.661
Total	1.506.381

Durante o exercício findo em 31 dezembro de 2025, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 238.126.

NOTA 10 – OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

Outros Ativos financeiros ao Custo Amortizado

Descrição	31/12/2025
Valores a receber relativos a transações de pagamento (a) (Nota 09)	492.532
Títulos com característica de concessão de crédito (Nota 09)	301.170
Ressarcimento de despesas	7.983
Dividendos a receber	153
Devedores por compra de valores e bens (Nota 09)	7.004
Avais e fianças honrados (Nota 09)	14.481
Operações com cartões (b)	28.556
Outros	1.279
Total Circulante	853.158
Títulos com característica de concessão de crédito (Nota 09)	430.948
Devedores por depósitos em garantia (Nota 19)	1.439
Valores a receber relativos a transações de pagamento (a) (Nota 09)	2.661
Avais e fianças honrados (Nota 09)	9
Devedores por compra de valores e bens (Nota 09)	20.571
Total não circulante	455.628

Provisão para perdas incorridas e esperadas	(37.467)
Total	1.271.319

(a) Valores a receber referentes a transações de pagamento, de associados (carteira de emissão) ou do Banco Cooperativo Sicredi (repasse das receitas sobre a carteira de aquisição).

(b) Valores a receber de associados relativo às transações com cartão de crédito das bandeiras Visa e Mastercard.

NOTA 11 – OUTROS ATIVOS	
Descrição	31/12/2025
Outros valores e bens	125.615
Despesas antecipadas	763
Outros Valores e Bens - Provisões	(899)
Adiantamentos e antecipações salariais	3.828
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta	4.019
Adiantamentos para Confederação Sicredi (a) (Nota 23)	2.817
Cotas de consórcio (Nota 23)	50
Atualização monetária sobre DIs (Central)	3.362
Impostos e contribuições a compensar (b)	4.012
Valores a regularizar	11.684
Valores a receber SFG (Nota 23)	761
Outros	2.972
Total	158.984
Outros valores e bens	42.791
Despesas antecipadas	147
Total não circulante	42.938

Total	201.922
-------	---------

(a) Os adiantamentos para Confederação Sicredi referem-se à antecipação de valores, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas.

b) Os valores de impostos e contribuições a compensar referem-se a pagamentos indevidos ou a maior de tributos e também a retenções sofridas de impostos com direito à compensação. Estes valores serão compensados através de PER/DCOMP Web ou através de Pedidos de Restituição à Receita Federal e Prefeituras.

a) Outros Valores e Bens

Descrição	31/12/2025
Ativos não financeiros mantidos para venda - recebidos	125.615
Imóveis	125.615
Provisões para redução ao valor recuperável de ativos	(899)
Despesas antecipadas	763
Total Circulante	125.479
Ativos não financeiros mantidos para venda - recebidos	42.791
Imóveis	42.791
Despesas antecipadas	147
Total Não Circulante	42.938
Total	168.417

NOTA 12 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

Descrição	Taxas anuais de depreciação %	31/12/2025		
		Custo	Depreciação / Amortização	Líquido
Imobilizado de uso		259.130	(103.955)	155.175
Imobilizações em curso		39.468	-	39.468
Terrenos		2.810	-	2.810
Instalações	10%	9.151	(7.867)	1.284
Benfeitorias em imóveis de terceiros	4%	70.011	(44.576)	25.435
Móveis e Equipamentos	10%	115.415	(49.297)	66.118
Veículos	20%	1.621	(681)	940
Ativos de direito de uso				
Arrendamentos		20.654	(1.534)	19.120
Intangível		49.275	(36.972)	12.303
Investimentos Confederação	20%	49.275	(36.972)	12.303

Os investimentos Confederação são valores transferidos dos "Adiantamentos para Confederação Sicredi" para o intangível e referem-se aos desenvolvimentos de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, sendo amortizados com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

NOTA 13 – DEPÓSITOS

Composição dos depósitos por prazos de vencimento:

Descrição	31/12/2025			
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total
Depósitos à vista	965.890	-	-	965.890
Depósitos interfinanceiros	148.642	144.537	716.527	1.009.706
Depósitos a prazo	47.854	104.150	5.913.481	6.065.485
Carteira total	1.162.386	248.687	6.630.008	8.041.081
Total circulante				1.411.073
Total não circulante				6.630.008

NOTA 14 – INSTRUMENTOS DE DÍVIDA

Descrição	31/12/2025			
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total
Obrigações por emissão de letras de crédito imobiliário (LCI) (a)	183	1.597	22.929	24.709
Obrigações por emissão de letras de crédito do agronegócio (LCA) (b)	758	729	49.797	51.284
Instrumentos com cláusulas de subordinação (c)	-	-	151.937	151.937
Total	941	2.326	224.662	227.929
Total circulante				3.267
Total não circulante				224.662

(a) As Letras de Crédito Imobiliário são títulos de renda fixa criados para financiar o segmento imobiliário. As LCIs são emitidas por instituições financeiras que possuem carteiras de crédito imobiliário dentro de seu portfólio de investimentos. A captação em LCI é utilizada pela cooperativa para gerar funding (recurso) para suportar as demandas de crédito.

(b) A letra de Crédito do Agronegócio é um título de crédito nominativo, que é uma promessa de pagamento em dinheiro, emitido exclusivamente pela Cooperativa. A emissão da Letra é condicionada à existência e disponibilidade na Cooperativa de direitos e créditos relacionados com produção, comercialização, beneficiamento ou industrialização de produtos ou insumos agropecuários ou máquinas e implementos utilizados na atividade agropecuária.

(c) Instrumentos com cláusulas de subordinação referem-se a títulos de dívida elegíveis ao capital de Nível II, originados de operações com letras financeiras subordinadas emitidas junto ao Banco Sicredi.

Estes títulos são remunerados por encargos financeiros calculados com base em percentual do CDI - Certificado de Depósitos Interbancários.

NOTA 15 – RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS PASSIVAS

Descrição	31/12/2025
Repasse interfinanceiros (a)	2.915.111
Recebimentos e pagamentos a liquidar	15
Total	2.915.126

a) Repasses interfinanceiros

Descrição	31/12/2025			
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	178.484	1.172.521	900.611	2.251.616
Total - Recursos do Crédito Rural	178.484	1.172.521	900.611	2.251.616
Cooperativa Central Sicredi PR/SP/RJ	179	126	716	1.021
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	25.373	56.478	580.623	662.474
Total - Outros Recursos	25.552	56.604	581.339	663.495
Total	204.036	1.229.125	1.481.950	2.915.111

Total circulante	1.433.161
Total não circulante	1.481.950

As obrigações por repasses interfinanceiros provenientes de recursos do crédito rural operam com uma taxa até 14,85% a.a. com vencimentos até 15/10/2037, e os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, as despesas com operações de empréstimos e repasses totalizaram R\$ 292.759 .

NOTA 16 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos são apresentados a seguir:

Empréstimos no País	31/12/2025			
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total
Banco Cooperativo Sicredi S.A. (a)	-	4.265	-	4.265
Total	-	4.265	-	4.265
Total circulante				4.265

(a) As obrigações por empréstimos com recursos repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A., operam com uma taxa de CDI + 0,85% a.a com vencimento em 15/10/2026.

NOTA 17 – OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS

Descrição	31/12/2025
Arrendamentos - Valores a pagar (a)	17.810
Recursos em trânsito de terceiros (b)	3.938
Recursos vinculados a operações de crédito (c)	22
Operações com cartões (d)	481.700
Total Circulante	503.470
Total	503.470

(a) Arrendamentos - A Cooperativa possui registros em 'Outros Passivos Financeiros', referentes a contratos de arrendamento reconhecidos conforme os critérios estabelecidos pelo CPC 06 (R2) – Arrendamentos. Esses valores representam obrigações futuras decorrentes do direito de uso de ativos, com contabilização conforme o modelo previsto na norma, incluindo a apropriação dos encargos financeiros ao longo do prazo contratual.

(b) Os recursos de terceiros que estão com a cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse, por sua ordem. Trata-se de recursos referentes a convênios com concessionários de serviços, conforme contrato de prestação de serviços.

(c) Recursos vinculados a operações de crédito são os valores provenientes de contratos de financiamento ou empréstimos, cuja aplicação está condicionada a finalidades específicas, conforme estabelecido nas cláusulas contratuais.

(d) As operações com cartões, referem-se as operações realizadas pelos associados em compras à vista e parceladas com cartões Visa e Mastercard, cujos pagamentos serão realizados aos credenciadores, relativos à agenda financeira de emissão.

NOTA 18 – PROVISÕES E OUTRAS OBRIGAÇÕES COM INSTRUMENTOS FINANCEIROS
a) Composição

A provisão para garantias financeiras prestadas e compromissos de crédito, referem-se às responsabilidades que as Cooperativas assumem ao garantir operações de crédito realizadas por seus cooperados junto ao Banco Sicredi.

Descrição	31/12/2025
Provisões para garantias financeiras prestadas	13.660
Provisões para compromissos de crédito	8.046
Total	21.706

b) Movimentação das provisões para garantias financeiras e compromissos de crédito

Descrição	31/12/2025
Saldo inicial	(16.008)
Ajuste de transição Res. 4.966 - constituição de provisão	(883)
Subtotal	(16.891)
Constituição/reversão de provisão	(4.379)
Outros	298
Saldo final	21.706

NOTA 19 – PROVISÕES PARA RISCOS CÍVEIS, TRIBUTÁRIOS E TRABALHISTAS

A Cooperativa é parte em processos judiciais dos quais seus assessores jurídicos classificam como risco de perda provável, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos:

Natureza	Probabilidade de perda	31/12/2025
Trabalhista	Provável	514
Cível	Provável	2.208
Total não circulante		2.722

Natureza	31/12/2024	Constituição / Atualização de Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	31/12/2025
Trabalhista	479	68	(33)	514
Cível	1.759	830	(381)	2.208
Total não circulante	2.238	898	(414)	2.722

Em 31 dezembro de 2025, a Cooperativa possuía processos cuja probabilidade de perda é considerada possível, conforme a natureza dos passivos:

Natureza	31/12/2025	
	Quantidade	Total
Trabalhista	7	2.388
Cível	369	23.366
Tributária	6	260
Total	382	26.014

A Cooperativa possui depósitos judiciais no montante de R\$ 1.439 , apresentados na nota 10 de “Outros Ativos Financeiros”, os quais estão relacionados a estes processos judiciais.

NOTA 20 – OUTROS PASSIVOS

Descrição	31/12/2025
Provisão para pagamentos a efetuar	80
Provisão para pagamentos a efetuar empresas do grupo	34.904
Cotas de capital a pagar	22.267
Provisão para participações nos lucros	34.564
Fundo de assistência técnica, educacional e social - FATES	3.378
Impostos e contribuições a recolher	12.167
Contas a pagar - credores diversos	11.368
Patrocínios esportivos a pagar Central	263
Contas a pagar empresas do grupo	3.248
Cobrança e arrecadação de tributos (a)	1.934
Valores a regularizar	1.566
Juros LFSC a pagar - capitalização	19.223
Total Circulante	144.962

(a) Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados referem-se aos valores de arrecadações de IOF, GPS, DARF e DAS.

NOTA 21 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

Descrição	31/12/2025
Capital social inicial	658.160
Integralização de Capital - quotas partes	13.038
Integralização de Capital - distribuição de sobras	44.830
Baixa de Capital	(53.846)
Juros ao Capital próprio	86.710
Capital social final	748.892

Em 31 de dezembro de 2025, o total de associados foi de 281.289.

b) Juros ao capital

Em 31 dezembro de 2025, a Cooperativa efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 13,91% em Capital, no montante de R\$ 94.177, sendo integralizado ao capital parte do valor, calculados em conformidade com a Lei Complementar nº 196/22, observando-se o limite da taxa SELIC.

c) Reversão do capital a pagar para a reserva legal

Desde 2023, a cooperativa contabiliza a reversão de capital não procurado por ex-associados há mais de cinco anos, conforme a Lei Complementar nº 196/22. Em 31 dezembro de 2025, o valor foi de R\$ 223.

d) Destinações estatutárias e legais

A Cooperativa destinou seus resultados, de acordo com o estatuto social:

Descrição	31/12/2025
Sobras e perdas do exercício	161.747
(-) Juros sobre capital próprio	(94.177)
(+) Reversão de reserva legal - Ajuste de transição conforme Res. 4.966/21 (a)	146.936
(-) Ajuste de transição conforme Res. 4.966/21 (a)	(146.936)
(=) Base de calculo das destinações estatutárias	67.570

DESCRIÇÃO	% das destinações 2025	31/12/2025
FATES	5,00%	(3.379)
Reserva Legal	45,00%	(30.406)
Reserva Estabilidade Econômica Financeira	20,00%	(13.514)
(=) Total das destinações		(47.299)
Sobras Líquidas a disposição da AGO		20.271

(a) No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, os saldos foram impactados pelos ajustes de transição decorrentes da aplicação dos critérios contábeis estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.966/21. Esses valores foram tratados como ajustes ao resultado do exercício, antes da aplicação dos percentuais das destinações estatutárias, por não representarem sobras ou perdas operacionais efetivas.

A Cooperativa destinou seus resultados, de acordo com o estatuto social:

O Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES, é destinado à atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa.

A Reserva Legal tem por objetivo reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades.

A Reserva de Estabilidade Econômica Financeira tem por objetivo preservar a solidez, a continuidade operacional e a segurança patrimonial da cooperativa,

NOTA 22 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

Descrição	31/12/2025
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	195.170
Participação nas sobras	(33.423)
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio	161.747
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(64.699)
Efeito dos ajustes previstos na legislação:	-
Sobras decorrentes dos atos cooperativos	62.210
Juros sobre capital próprio pagos aos associados no exercício	37.671
Compensação de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL	-
Demais adições e exclusões previstas na legislação	(5.100)
Alteração da alíquota da CSLL durante o exercício	-

As adições e exclusões subsequentes consideram os efeitos de outros itens especificados na legislação, tais como doações, constituição e reversão de provisões, resultados de equivalência patrimonial, entre outros. Em conformidade com as disposições legais, as cooperativas podem registrar prejuízo fiscal e base de cálculo negativa para a CSLL. Esses valores negativos são controlados e poderão ser compensados com resultados positivos em exercícios futuros. No entanto, as cooperativas que apresentam saldo de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL sem expectativa de realização futura não registram crédito tributário correspondente. Isso ocorre quando se projeta que o resultado de atos não cooperativos e/ou a base tributável para o IRPJ/CSLL permanecerão negativos nos exercícios subsequentes, em grande parte devido à recorrência de despesas elevadas com juros sobre o capital. Portanto, esses saldos negativos não são reconhecidos como ativos fiscais diferidos nas demonstrações financeiras.

NOTA 23 - TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Instituições relacionadas

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, tais como o Banco Cooperativo Sicredi, Central, Administradora de Bens, Corretora de Seguros, SicrediPar, Fundação Sicredi, Confederação Sicredi, Sicredi Fundos Garantidores, Administradora de Consórcios e Fundos de investimento administrados pelo Banco. Abaixo apresentamos as principais operações realizadas com partes relacionadas, sumarizadas por grupo contábil:

Descrição	31/12/2025
Ativo	
Aplicações interfinanceiras de liquidez líquida de provisão (Nota 06)	705.114
Títulos e valores mobiliários (Nota 07)	3.498.896
Relações interfinanceiras ativas - Centralização financeira	563.730
Outros ativos financeiros, líquido de provisão	509.886
Outros ativos	6.940
Intangível (Nota 12)	12.303
Passivo	
Depósitos interfinanceiros	1.009.705
Instrumentos de dívida	151.937
Relações interfinanceiras passivas - Repasses interfinanceiros (Nota 15)	2.915.111
Obrigações por empréstimos (Nota 16)	4.265
Provisões e outras obrigações com instrumentos financeiros	13.660
Outros passivos	57.375
Receitas	
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 06)	55.505
Títulos e valores mobiliários	367.216
Ingressos de depósitos intercooperativos (Nota 23)	74.112
Ingressos e receitas de prestação de serviços	57.306
Outros ingressos e receitas operacionais	15.965
Despesas	
Operações de captação no mercado	139.494
Operações de empréstimos e repasses (Nota 15)	292.759
Outros dispêndios e despesas administrativas	42.599
Outros dispêndios e despesas operacionais	59.696

Os grupos contábeis acima, que não apresentam referência ao número da nota explicativa, devem-se ao fato de que sua composição não envolve exclusivamente transações com partes relacionadas.

b) Remuneração do pessoal-chave da administração

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Os honorários do pessoal-chave da Administração do Sicredi seguem a Política de Remuneração definida pelo Sistema, e sua aprovação é deliberada nos fóruns específicos de cada Entidade. Abaixo apresentamos a remuneração total do pessoal-chave da administração:

Descrição	31/12/2025
Pessoas chave da administração	26.214

NOTA 24 – DESPESAS COM OPERAÇÕES DE CAPTAÇÕES DE MERCADO

Descrição	2º semestre de 2025 (Não auditado)	31/12/2025
Depósitos interfinanceiros	64.364	112.252
Depósitos de aviso prévio	49	94
Depósitos a prazo	389.866	684.921
Letras de crédito imobiliário - LCI	1.757	2.480
Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop)	4.968	9.327
Letras financeiras com cláusulas de subordinação	14.788	27.242
Letras de crédito do agronegócio	2.983	3.216
Total	478.775	839.532

NOTA 25 – INGRESSOS E RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Descrição	2º semestre de 2025 (Não auditado)	31/12/2025
Cobrança	6.499	12.785
Comissões	265	398
Consórcios	13.547	25.285
Convênios	2.421	4.808
Demais serviços bancários	20.387	38.763
Seguros	18.158	32.021
Taxas e tarifas	29.517	56.067
Serviços de pagamento	45.304	84.726
Outros serviços	1.050	2.005
Total	137.148	256.858

NOTA 26 – DISPÊNDIOS E DESPESAS DE PESSOAL

Descrição	2º semestre de 2025 (Não auditado)	31/12/2025
Remuneração	71.373	134.527
Benefícios	33.594	65.628
Encargos sociais	28.129	51.503
Treinamentos	4.246	15.757
Total	137.342	267.415

NOTA 27 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Descrição	2º semestre de 2025 (Não auditado)	31/12/2025
Água, energia e gás	1.135	2.478
Aluguéis	17.110	33.346
Comunicação	1.973	3.977
Manutenção e conservação	7.406	12.556
Material de expediente	1.603	3.170
Processamento dados	5.286	10.289
Licença Software - Confederação	4.278	8.287
Propaganda e publicidade	1.055	2.228
Promoções e relações públicas	9.270	18.257
Comunicação corporativas filiadas	8.174	18.184
Programa de Recompensa - Confederação	3.158	6.061
Serviços do sistema financeiro	4.161	8.051
Assessoria e consultoria	612	1.174
Auditoria externa	35	69
Serviços jurídicos	3.053	3.714
Serviços de terceiros	9.605	19.338
Serviços de técnicos especializados	4.206	7.453
Serviços de vigilância e segurança	5.358	10.271
Serviços de transportes	5.510	10.141
Depreciação	10.195	18.655
Amortização	5.342	5.005
Dispêndios assistência técnica, social e educacional	2.340	7.610
Emolumentos e taxas diversas	5.006	8.943
Seguros	275	541
Despesas com Viagens	494	1.172
Rateios Confederação	5.580	10.067
Outras despesas administrativas	3.737	11.718
Total	125.957	242.755

NOTA 28 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS		
Descrição	2º semestre de 2025 (Não auditado)	31/12/2025
Absorção de dispêndios - FATES	2.240	7.526
Antecipação de obrigações de transações de pagamento	16.037	29.487
Lucros na alienação de valores e bens	363	1.574
Recuperação de encargos e despesas	15.147	21.597
Reversão de provisões operacionais	-	-
Reversão de provisões para riscos cíveis, tributários e trabalhistas (Nota 21)	88	414
Reversão de provisões passivas não associadas a risco de crédito - Outros	6.970	10.142
Ressarcimento de custos de utilização de cartões no exterior	860	1.686
Compensação - Ressarcimento de Custo Operacional - RCO	1.101	2.178
Juros ao capital	-	-
Lucros e dividendos obrigatórios Sicredipar	153	439
Outras rendas operacionais	1.580	1.987
Total	44.539	77.030

NOTA 29 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS		
Descrição	2º semestre de 2025 (Não auditado)	31/12/2025
Descontos concedidos em renegociação e crédito	41.965	56.487
Contribuições Cooperativistas	147	289
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores (Nota 25)	4.961	9.647
Contribuição Confederação Sicredi (Nota 25)	24.775	46.000
Contribuições Cooperativa Central Sicredi PR/SP/RJ	2.066	4.049
Prejuízo na alienação de valores e bens	273	997
Serviços associados a transações de pagamento	44.178	82.244
Risco operacional	1.048	2.134
Juros e comissões	2.528	4.926
Distribuição de produtos e serviços bancários	129	378
Ressarcimento de Custo Operacional - RCO	1.381	2.741
Despesas de provisões passivas não associadas a risco de crédito - Contingências	4.662	9.264
Operações de crédito	402	565
Outras despesas operacionais	8.980	10.819
Total	137.495	230.540

NOTA 30 – ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS E DE CAPITAL

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. A estrutura centralizada conta com Comitê de Riscos e de Capital e Comitê de Auditoria Estatutário, com a participação de membros independentes nos mesmos, conforme exigências regulatórias e melhores práticas, os quais atuam como órgãos de assessoramento ao Conselho de Administração. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se a Estrutura de Gerenciamento de Capital, o Risco Operacional, o de continuidade de negócios, de Mercado, de Variações de Taxas de Juros, de Liquidez, de Crédito, Riscos Sociais, Ambientais e Climáticos, Risco de Conformidade e Risco de Segurança da Informação, cujos principais aspectos são apresentados a seguir:

I - Estrutura de Gerenciamento de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimos legais e que reflitam o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada Instituição do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;
- Plano de contingência de capital estabelecendo estratégias e procedimentos, definidos e documentados, para enfrentar situações de estresse.

II - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. A definição inclui, ainda, o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, às sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição. O gerenciamento do risco operacional é realizado de forma conjunta entre o Banco, Centrais e Cooperativas Singulares. Essas entidades tem como responsabilidade o cumprimento dos normativos internos e externos, valendo-se de ferramentas, metodologias e processos estabelecidos sistemicamente. Tais processos são compostos por um conjunto de ações que visam manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição está exposta. São estas:

- Normatização interna contendo regras, papéis e responsabilidades quanto ao gerenciamento do risco operacional disseminados a toda instituição;
- Identificação e análise, avaliação, resposta, monitoramento e reporte dos riscos operacionais;
- Identificação, registro e tratamento de eventos de risco operacional;
- Reportes periódicos e estruturados sobre temas relevantes de risco operacional aos fóruns de governança;
- Disseminação da cultura de gerenciamento de riscos a toda organização;
- Testes de estresse periódicos para cenários de risco operacional;
- Procedimentos que visam assegurar a continuidade das atividades da instituição e limitar perdas decorrentes da interrupção dos processos críticos de negócio, incluindo análises de impacto e testes periódicos de planos de continuidade;
- Gerenciamento do risco operacional decorrente de serviços terceirizados relevantes para o funcionamento regular da instituição.

III - Risco de Continuidade de Negócios

Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) é a capacidade da organização de continuar a entrega de produtos e/ou serviços em nível aceitável previamente definido, após incidentes de interrupção.

O Sicredi possui uma estrutura para responder de forma adequada à recuperação, à restauração e aos níveis acordados de disponibilidade para os processos mais críticos das entidades centralizadoras do Sistema, no caso de ocorrência de eventos que provoquem a interrupção dos seus serviços, preservando, assim, os interesses de todas as partes envolvidas.

Através da Análise de Impacto ao Negócio (BIA), são identificados os serviços considerados críticos, bem como suas respectivas dependências, incluindo TI e os terceiros que suportam estes serviços. Com base nessa análise, são definidas as estratégias e os planos de contingência necessários para assegurar a continuidade dos principais processos de negócios da instituição. Os princípios fundamentais e a estrutura para garantir a resposta adequada em situações de recuperação, restauração e manutenção dos níveis acordados de disponibilidade dos serviços críticos estão estabelecidos na Política de Gestão Integrada de Riscos e detalhados na Norma de Continuidade de Negócios do Sicredi.

O sistema de Gestão de Continuidade de negócios estruturado no Sicredi contempla:

- Norma de Gestão de Continuidade de negócios;
- Análise de impacto de negócio - BIAs;
- Estratégias de recuperação de desastre de TI na visão de negócio;
- Planos de continuidade operacional;
- Planos de substituição de empresas terceiras.

Por fim, a estrutura centralizada do Sicredi disponibiliza, através da Norma Sistêmica de Continuidade de Negócios, para todas as suas cooperativas algumas recomendações para aumento da resiliência de seus serviços, orientando a criação de Análises de Impacto ao Negócio e Planos de Continuidade.

IV - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição, as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do risco de mercado.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de mercado são estabelecidos seguindo os critérios mínimos da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Processos destinados a monitorar e reportar a aderência ao apetite ao risco de mercado da Instituição em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das instituições do Sistema.

V - Risco de Variação das Taxas de Juros em Instrumentos Classificados na Carteira Bancária (IRRBB)

O IRRBB é o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros nos resultados ou no valor econômico da instituição, resultante dos instrumentos classificados na carteira bancária.

O gerenciamento de risco de IRRBB das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do risco de IRRBB.

Para a mensuração e controle desse risco no Sicredi, utiliza-se as abordagens de valor econômico (EVE) e de resultado de intermediação financeira (NII). O Sistema Sicredi define as regras para o cálculo do risco de variação da taxa de juros das operações em linha com as práticas de mercado e com as exigências da regulamentação vigente.

Os processos para o gerenciamento do risco de IRRBB do Sistema Sicredi incluem:

- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de IRRBB em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Processos destinados a monitorar e reportar a aderência ao apetite ao risco de IRRBB da Instituição em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de IRRBB a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de IRRBB das instituições do Sistema.

VI - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada Instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- O estabelecimento de processos de rastreio e reporte da observância ao apetite ao risco de liquidez e em níveis considerados aceitáveis pela instituição;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

VII - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais. Os processos e políticas de riscos de crédito são estabelecidos seguindo os critérios da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado e ao apetite a risco do sistema, aprovadas pelas alçadas competentes do sistema.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente.

VIII - Riscos Sociais, Ambientais e Climáticos

Os riscos sociais, ambientais e climáticos são definidos pela possibilidade de ocorrência de perdas para as instituições financeiras decorrentes de danos sociais, ambientais e climáticos. Além disso, está envolvido indiretamente com uma série de outros riscos, podendo gerar tanto impactos financeiros, como legais e de reputação. No Sicredi, o gerenciamento é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais. Os processos e políticas para o gerenciamento dos Riscos Sociais, Ambientais e Climáticos são estabelecidos seguindo os critérios da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do sistema.

Os processos para o gerenciamento dos Riscos Sociais, Ambientais e Climáticos do sistema Sicredi incluem:

- Normatização interna contendo regras, metodologias e responsabilidades quanto ao gerenciamento do tema;
- Monitoramento de delimitações e vedações de exposições sujeitas aos riscos sociais, ambientais e climáticos, aderentes ao apetite a risco do sistema;
- Coleta e utilização de dados para mensuração, classificação e avaliação dos riscos sociais, ambientais e climáticos nas operações;
- Realização periódica de testes de estresse para cenário de riscos sociais, ambientais e climáticos;
- Interlocução e reporte para órgãos ambientais, federações, parceiros de negócio e fóruns de governança;
- Evolução constante da estratégia no tema, visando o alinhamento com as técnicas e tecnologias de mercado, bem como as expectativas das partes interessadas.

IX - Risco de conformidade

O risco de conformidade é definido como a possibilidade de ocorrência de sanções, perdas financeiras, danos de reputação e outros danos, decorrentes de descumprimento ou falhas na observância de normativos externos (leis e regulamentações), das recomendações dos órgãos reguladores, dos códigos de autorregulação aplicáveis assim como dos normativos oficiais internos.

A gestão do risco de conformidade, no âmbito do Sicredi está sob responsabilidade da Superintendência de Compliance, estrutura integrante do Banco Cooperativo Sicredi S.A, que, para o acompanhamento sistêmico, oferece suporte e informações, tanto às áreas das empresas do Centro Administrativo quanto às Cooperativas Centrais e Singulares, no que tange ao processo de conformidade e o gerenciamento do risco de conformidade.

A função de conformidade é desempenhada no desenvolvimento e execução do Programa de Compliance, estruturado nos pilares de: (i) Prevenção, (ii) Detecção e (iii) Correção.

Os processos para gerenciamento do risco de conformidade incluem:

- Identificação dos riscos de conformidade da instituição;
- Comunicação, capacitação e treinamento de todos os níveis da Entidade para gerenciar adequadamente os riscos de conformidade e cumprir as exigências legais e (auto)regulatórias;
- Acompanhamento e monitoramento de processos relevantes, das ações adotadas para mitigar os riscos de conformidade e corrigir deficiências, no intuito de promover a conformidade;
- Reporte das adequações relevantes e novas medidas para mitigação de riscos, bem como não conformidades identificadas;
- Identificação de ações e/ou processos associados aos principais riscos, que precisam ser revisados, atualizados ou implementados, buscando a efetividade do Programa de Compliance como um todo;
- Tratamento para os não cumprimentos identificados bem como desenvolvimento de ações para conscientização, buscando evitar a reincidência.

X - Risco de Segurança da Informação

O Risco de Segurança da Informação no Sicredi é definido como o risco relacionado a probabilidade de exploração de uma vulnerabilidade, considerando as ameaças vinculadas, e o impacto na confidencialidade, integridade ou disponibilidade das informações. Riscos de segurança cibernética ou cibersegurança fazem parte do contexto de riscos de segurança da informação.

No Sicredi, o gerenciamento do risco de segurança da informação é realizado de forma conjunta entre Banco, Centrais e Cooperativas Singulares, os quais possuem responsabilidade pelo cumprimento dos normativos internos e externos, contando com ferramentas e metodologias sistêmicas que podem ser complementados por ações locais. Os processos e ações voltados para segurança da informação visam a identificação e manutenção dos riscos em níveis aceitáveis, incluindo a utilização de controles adequados e efetivos para a mitigação, frente aos custos, tecnologia e objetivos de negócio.

XI - Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos e capital pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho: Sobre nós > Relatórios > Gestão de Riscos > Publicações Sistêmicas > Gerenciamento de Riscos Pilar 3 - Sistêmico.

Já a Política de Gerenciamento dos Riscos Sociais, Ambientais e Climáticos e o Relatório de Sustentabilidade, documentos com o detalhamento e números dos processos no tema, também podem ser acessados por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho: Sobre nós > Sustentabilidade > Políticas e Relatórios.

NOTA 31 – ÍNDICES DE BASILÉIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº 4.955/21, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o cálculo dos limites:

Limites operacionais	31/12/2025
Patrimônio de Referência (PR)	1.450.953
Nível I (NI)	1.318.416
Capital principal - CP	1.318.416
Capital social	748.892
Reservas de capital	450.841
Sobras acumuladas	20.271
Ajustes Prudenciais	(12.303)
Ajuste Negativo Decorrente Da Constituição De Perdas Esperadas	110.715
Nível II (NII)	132.537
Letras Financeiras e Dividas Subordinadas	132.537
Dedução de investimento em outras entidades	-
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	8.783.350
Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária	10.379
Margem de Capital	518.322
Índice de Basileia (PR / RWA)	16,52%
Situação de Imobilização (Imob)	155.175
Índice de Imobilização (Imob / PR)	10,69%

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº 4.955/21, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o cálculo dos limites:

NOTA 32 – SEGUROS CONTRATADOS

A Cooperativa adota a política de contratação de seguros em diversas modalidades, cujas coberturas são avaliadas como adequadas pela Administração e pelos agentes seguradores para mitigar eventuais riscos de sinistros.

Em 31 dezembro de 2025, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não são examinadas pelos nossos auditores independentes.

NOTA 33 – OUTRAS INFORMAÇÕES

Reforma Tributária

Em dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132, que instituiu a Reforma Tributária sobre o consumo, com o objetivo de simplificar e modernizar o sistema tributário brasileiro. A primeira regulamentação ocorreu em janeiro de 2025, por meio da Lei Complementar nº 214/25. Essa reforma representa a maior transformação do sistema tributário em décadas, trazendo simplificação, transparência e previsibilidade para a sociedade e os setores econômicos.

O novo modelo substitui cinco tributos (PIS, Cofins, IPI, ICMS e ISS) por três: a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e o Imposto Seletivo (IS), aplicado a produtos prejudiciais à saúde e ao meio ambiente. A vigência começa em 2026, com transição até 2033, permitindo adaptação gradual. Para o Sicredi, as operações mais relevantes estarão enquadradas em regimes específicos para cooperativas e serviços financeiros, mantendo alíquota zero para IBS e CBS, mas exigindo novas obrigações acessórias, como ampliação da emissão de notas fiscais, a Declaração dos Regimes Financeiros (DERE) e atualização cadastral dos associados.

Em 2025, o Sicredi iniciou uma preparação estruturada, envolvendo tecnologia, processos, governança e gestão da mudança. Foram criados grupos de trabalho para ajustar sistemas, revisar contratos, realizar simulações e orientar as cooperativas por meio das pessoas de referência da reforma tributária. Essa atuação integrada reforça o compromisso do Sistema com uma transição responsável, planejada e alinhada aos princípios de transparência, sustentabilidade e cuidado com os associados. Como ainda existem regulamentações pendentes, o Sicredi segue acompanhando as discussões e avaliando os impactos das normas já publicadas e das futuras regulamentações para garantir análises precisas sobre seus produtos e serviços.

Moacir Niehues
Diretor Executivo

Alisson Schach
Diretor de Operações

Eduardo Netto Sarubbi
Contador
CRC: RS-060899/O-8



PARECER DO CONSELHO FISCAL

Palotina/PR, 04 de fevereiro de 2026.

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Sicredi Vale do Piquiri Abcd PR/SP e no exercício das atribuições legais e estatutárias, examinamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração de Sobras ou Perdas, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Notas Explicativas e demais demonstrativos, e o respectivo relatório de auditoria sobre as demonstrações financeiras, documentos estes relativos ao exercício findo em 2025.

Pelas políticas de Governança adotadas pela Cooperativa e com base nos nossos exames e no relatório de auditoria dos auditores independentes, emitido pela Deloitte Touche Tohmatsu, somos de parecer favorável à aprovação das mencionadas demonstrações.

Atenciosamente,

Albertinho Dondoni
Conselheiro Fiscal Efetivo
CPF: 476.149.359-34

Luiz Carlos Canola
Conselheiro Fiscal Efetivo
CPF: 172.468.229-68

Laercio Aparecido Arrabal Perandre
Conselheiro Fiscal Efetivo
CPF: 559.495.849-53

Enio Cleber Horing
Conselheiro Fiscal Suplente
CPF: 025.123.809-12

Sicredi Vale do Piquiri Abcd PR/SP

Avenida Presidente Kennedy, nº 2.384 - Jardim Itália
CEP 85.953-000 - Palotina/PR

www.sicredi.com.br